DIARIO OFFICIAL

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEN E PROGRESSO

ANNO XLII — 15ª DA REPUBLICA — N 271

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA 20 DE NOVEMBRO DE 1903

SUMMARIO

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO :

Decreto n. 1.097, que autoriza o Poder Executivo a pagar ao Dr. Alvaro Moreira de Barros Oliveira Lima os seus ordenados, de dezembro de 1891 a julho de 1895.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO :

Decretos ns. 5.033 e 5.034, que abrem creditos ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. Ministerio da Marinha — Decreto de 18 do corrente.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Decretos de 11 do corrente mez.

SECRETARIAS DE ESTADO :

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Expediente das Directorias da Contabilidade e Geral de Saude Publica.

Ministerio das Relações Exteriores — Requerimentos despachados.

Ministerio da Fazenda — Expediente das Directorias do Expediente e das Rendas Publicas do Thesouro Federal — Recebedoria do Rio de Janeiro — Revisão da tarifa aduaneira.

Ministerio da Marinha — Portarias e expediente.

Ministerio da Guerra — Portarias e expediente.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Expediente das Directorias Geraes da Contabilidade, da Industria e de Obras e Viação — Directoria Geral dos Correios.

NOTICIARIO.

MARCAS REGISTRADAS.

Rendimentos da Alfandega e da Recebedoria do Rio de Janeiro e da de Minas Geraes.

FEIXES E AVISOS

PAGAR COMMERCIAL.

ANNUNCIOS.

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO N. 1.097—DE 16 DE NOVEMBRO DE 1903

Autoriza o Presidente da Republica a pagar ao Dr. Alvaro Moreira de Barros Oliveira Lima os seus ordenados de magistrado em disponibilidade, a contar de 3 de dezembro de 1891 a 24 de julho de 1895

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a pagar ao Dr. Alvaro Moreira de Barros Oliveira Lima os seus ordenados de magistrado em disponibilidade, a contar de 3 de dezembro de 1891 a 24 de julho de 1895, abrindo para isso o necessario credito, não havendo prescrição a relavar por devor-se contar o periodo para a prescrição da data da lei n. 657, de 25 de novembro de 1899, que regulou a especie; e revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1903, 15ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra,

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 5.033—DE 16 DE NOVEMBRO DE 1903

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 14:000\$ para despesas com exames de preparatorios

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização concedida pelo decreto legislativo n. 1.065, de 5 de outubro findo, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 14:000\$ para occorrer ás despesas com uma segunda época, no corrente anno, de exames de preparatorios e de que trata o referido decreto.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1903, 15ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 5.034—DE 16 DE NOVEMBRO DE 1903

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 8:741\$934 para pagar ao Dr. Alvaro Moreira de Barros Oliveira Lima os seus ordenados de magistrado em disponibilidade, a contar de 3 de dezembro de 1891 a 24 de julho de 1895

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização concedida pelo decreto legislativo n. 1.097, desta data, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 8:741\$934 para pagar ao Dr. Alvaro Moreira de Barros Oliveira Lima os seus ordenados de magistrado em disponibilidade, a contar de 3 de dezembro de 1891 a 24 de julho de 1895.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1903, 15ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES,

J. J. Seabra.

Ministerio da Marinha

Por decreto de 18 do corrente foi concedida a medalha militar creada pelo decreto n. 4.238, de 15 de novembro de 1901, aos officios do corpo da armada e d a classes annexas e praças, a saber:

Medalha de ouro, por contarem mais de 30 annos de bons serviços:

Engenheiro naval de 1ª classe capitão da mar e guerra Innocencio Marques de Lemos Bastos;

Capitão da fragata José Joaquim Machado da Cunha;

Commissario de 2ª classe capitão-tenente Jacintho Madeira;

Machinista naval de 3ª classe 1º tenente João Germano Pereira Gomes,

Medalha de prata, por contarem mais de 20 annos triumpho de bons serviços;

Capitão-tenente Antonio Coutinho Gomes Paré;

Capitão-tenente Henrique Eugenio Sisson.

Medalha de bronze, por contarem mais de 10 annos de serviço em identicas condições :
Sub-engenheiro naval de 1ª classe 1º tenente Antonio de Abreu Coutinho;
Primeiro-tenente Tycho-Brahe de Araujo Machado;
Commissario de 4ª classe 2º tenente Genes do Abreu Lima;
Soldado do corpo de infantaria de marinha Eurico de Souza Guimarães.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

Por decreto de 11 do corrente foi concedido o privilegio de invenção, por 15 annos, resalvando o Governo os direitos de terceiro e a sua responsabilidade quanto á novidade e utilidade da invenção, pela patente n. 3.966, a John Edward Cooper, subdito britannico, engenheiro, domiciliado em Londres, Inglaterra, por seus procuradores Jules Géraud, Lœlore & Comp., brasileiros, agentes de privilegios nesta Capital, para sua invenção de «Aporefeijamento em mecanismos de antifricção applicados a carros de estradas de ferro ou outros vehiculos.»

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Expediente de 17 de novembro de 1903

DIRECTORIA DE CONTABILIDADE

Solicitaram-se ao Ministerio da Fazenda os pagamentos:

De 7:177\$247, fornecimentos feitos, em setembro ultimo, ao Internato do Gymnasio;

De 853\$800, trabalhos realizados no gabinete de chimica mineral da Escola Polytechnica;

De 6:332\$220, fornecimentos feitos ao Instituto Benjamin Constant, no dito mez;

De 970\$701, publicações feitas para a Directoria Geral de Saude Publica.

— Requisitou-se o adiantamento de 3:597\$183 ao thesoureiro da Repartição da Policia para pagamento do pessoal da Colonia Correccional dos Rios.

— Transmittiram-se ao Tribunal de Contas cópias dos decretos 5.033, 5.034 e 1.097, de 16 de novembro corrente.

DIRECTORIA GERAL DE SAUDE PUBLICA

Por titulo do director geral de saude publica, datado de 18 do corrente, foi exonerado, a seu pedido, Raul Azeredo, do lugar de interino do Hospital S. Sebastião.

Por outro, datado de 19 do corrente, foi nomeado Jyyme Jacintho Abreu Athar para, em comissão, exercer o referido cargo.

Expediente de 18 de novembro de 1903

Accusou-se ao inspector de saúde dos portos do Estado do Ceará o recebimento do officio n. 154, de 5 do corrente.

—Solicitaram-se providencias:

Do director da Estrada de Ferro Central do Brazil para que seja substituida a caderneta de passos de 1ª classe n. 4.550;

Do director geral de Hygiene e Assistencia Publica, para que sejam cercados os lados dos predios da rua de S. Pedro ns. 200 e 202, que foram alcançados pela demolição que estão sendo executadas para prolongamento da rua do Sacramento, de modo a impedir que continuem a servir de deposito de imundicies; e para que sejam remettidos a esta directoria mil tubos de lympho vaccinia.

—Communicou-se ao director geral da Contabilidade que o Dr. Francisco Miranda, inspector de Hygiene do Estado do Pará, depositou na delegacia fiscal daquelle Estado a quantia de 150\$, importancia dos 50 frascos de vaccina antipestora.

—Devolveram-se ao director do Lazareto da Ilha Grande as contas de desinfecções dos vapores nacionaes Itapoan e Itaquí e a do vapor inglez Grecian.

—Recommendo-se aos chefes do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 7º districtos sanitarios que mandem effectuar rigorosas vistorias de policia e vigilancia sanitarias nos seguintes predios:

Rua Bambina n. 37.

Rua Dr. Joaquim Silva n. 69.

Rua Pedro Americo n. 140.

Rua do Trem n. 10.

Rua da Misericordia n. 39.

Rua do Hospicio n. 330.

Rua da Alfandega n. 103.

Rua Saude n. 85.

Rua Curuzú n. 8.

—Remetteram-se:

Ao inspector de Hygiene do Estado do Rio de Janeiro, cincoenta vidros de soro antipestoso;

Ao director da Estrada de Ferro Central do Brazil, os laudos de exames de validez de Mario Queiroz Soares de Andréa e Joaquim Fernandes Barata.

Requerimento despachado

Dia 18:

Albino Roque dos Santos.—Indeferido.

POLICIA DO DISTRICTO FEDERAL

Por actos de 19 do corrente:

Foi, exonerado, a seu pedido, do cargo de porteiro da Escola Correccional Quinze de Novembro Max Sulaender, e nomeado para substitui-lo Mario Motta.

Foi nomeado guarda da Colonia Correccional dos Dous Rios Manoel Fernandes de Sá.

Ministerio das Relações Exteriores

Requerimento despachado

Dia 11 de novembro de 1903

Antonio Castano da Silva Kelly. — Como requer.

Ministerio da Fazenda

Directoria do Expediente do Thesouro Federal — N. 36 — Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1903.

Sr. director geral da Imprensa Nacional — Transmittindo-vos os dous inclusos documentos que acompanharam o aviso do Ministerio das Relações Exteriores, n. 64, de

26 de outubro ultimo, peço-vos, em obediencia ao despacho do Sr. Ministro, de 6 do corrente mez, que, como complemento da circular n. 41, de 16 de setembro proximo findo, mandeis dar-lhe publicidade, depois de devidamente traduzidos.

Saude e fraternidade. — Pedro Teixeira Soares.

CIRCULAR E DOCUMENTOS A QUE ALLUDE O OFFICIO N. 36

Circular n. 41 — Ministerio da Fazenda — Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1903.

Declaro aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Federal nos Estados, para os devidos effectos, que, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação Britannica e por aquelle transmitida a este Ministerio, em aviso n. 52, de 31 do mez proximo findo, foi decretado pelo Parlamento Inglez que o assucar importado do Brazil, a partir do referido dia 31, deve ser acompanhado de certificados de origem. — Leopoldo de Bulhões.

TRADUÇÃO

LEI DA CONVENÇÃO DO ASSUCAR DO ANNO DE MIL NOVECENTOS E TRES (A. D. 1903)

Lei de mil novecentos e tres, sobre a Convenção do assucar

CAPITULO VIGESIMO PRIMEIRO

Acto de medida e precaução, afim de tornar effectivo e dar-se execução a um accordo ou convenção, assignado aos cinco dias do mez de março de mil e novecentos e dous (5 de março A. D. 1902), relativo ao assucar. Onze (11) de agosto de 1903 (mil novecentos e tres.)

Considerando que Sua Magestade o Rei e diversas potencias estrangeiras celebraram uma Convenção, assignada aos cinco dias do mez de março de mil novecentos e dous (5 de março de 1902), relativa ao assucar, e ser conveniente tornar effectiva essa convenção:

E, considerando que está consignada no artigo setimo uma disposição dessa Convenção, para o estabelecimento de uma commissão permanente, com um escriptorio permanente, unido á mesma, com o encargo de velar pela execução das disposições da Convenção (nesse acto alludido como commissão permanente):

Fora essa lei promulgada pela Magestade Excellentissima do Rei, — com e pelo conselho e consenso dos Lords espirituaes e temporaes e dos Communs, reunidos neste Parlamento, e por autorização dos mesmos, como segue:

Poderes relativos ao assucar premio:

1.—(°) Informando a Commissão permanente que em alguma parte do qualquer paiz estrangeiro se confere premio ou gratificação directa ou indirecta pela produção ou exportação de assucares, Sua Magestade pode, por um Rescripto ou ordem régia, baixar um decreto de prohibição, isto é, uma Ordem prohibindo que seja importado ou introduzido no Reino Unido assucar desse paiz estrangeiro, sujeito a qualquer disposição que possa ser decretada pelo Parlamento em vez dessa prohibição, a impor uma pena ou multa especial sobre esse assucar, de accordo com a Convenção.

Quando uma ordem prohibitiva estiver em vigor, as leis relativas ás Alfandegas se applicarão como si o assucar, a respeito do qual foi a ordem decretada, estivesse especificado na tabella da prohibições e restricções internas, contidas na secção quadragesima se-

gunda da lei sobre Consolidação das Alfandegas do anno de mil oitocentos e setenta e seis (A. D. 1876.)

3) Sua Magestade póde, por um rescripto ou decreto, fazer os regulamentos que lhe pareçam necessarios, relativos a qualquer ordem sob essa secção e por esses regulamentos póde em particular exigir a procedencia de todo o assucar importado ou introduzido no Reino Unido, quer em transito, quer de outra forma, afim de ser provado por essa certidão ou por outro meio de prova como for providenciado na ordem régia.

4) Uma ordem passada sob essa secção não terá applicação aos melações nem, salvo quando mencionado expressamente nesta secção, ao assucar em transito.

5) Qualquer quota das despezas por conta da organização e trabalho da Commissão permanente, como se acha determinado em virtude da Convenção, e todas as despezas que se fizerem relativas e correspondentes ao serviço dos delegados da Commissão, serão pagas pelas verbas votadas pelo Parlamento.

Regulamentos sobre Refinarias e Fabricas de Assucar

2.—Sua Magestade póde, por um Rescripto ou Ordem, declarar que cada fabrica, refinaria e engenho para extrahir o assucar dos melações no Reino Unido, ficará sujeito á inspecção, quer dos agentes aduaneiros ou dos commissarios das rendas internas; e esses commissarios poderão fazer regulamentos, respectivamente:

a) para prohibir o trafico de qualquer fabrica ou refinação, a não ser a pessoas autorizadas para isso e em local approvado pelos commissarios e, sendo requerido, registradas para esse fim, e para dar aos officiaes dos commissarios poder de entrada em qualquer parte desses locais a todo o tempo; e

b) para garantir o pagamento de direitos (inclusive qualquer onus que puder gravar, de conformidade com a lei actualmente em vigor, á entrega das mercadorias para o consumo do paiz) e regular o prazo e o modo como os arranjos ou posições geraes que se devam fazer para esse pagamento e obviar qualquer reclamação á restituição de direitos onde não orem cobrados, o afim de regular a retirada de qualquer assucar desses locais ou para elles, a armazenagem do assucar bem acabado e a volta do assucar, afim de ser refinado; e

c) para fazer essas declarações de entrada em relação aos varios processos da manufactura do assucar, que possam ser exigidas pelos commissarios e habilitar os officiaes dos commissarios a fiscalizar essas entradas; e

d) para applicar quaesquer disposições das leis aduaneiras (inclusive o acto do anno de mil e oitocentos e sessenta e tres — A. D. 1863 — sobre o fumo manufacturado) ou das leis das cisas; e

e) para lançar penas não excedentes de cincoenta libras (£. 50) por qualquer quebra ou falta de observancia no cumprimento de qualquer prescripção regulamentar, feita nesta secção e prover á cobrança e applicação da pena e para a confiscação de qualquer mercadoria, relativamente á qual se houver committido qualquer offensa ao regulamento; e os direitos cobráveis segundo o acto do anno de mil novecentos e um (A. D. 1901) sobre as rondas publicas, ou qualquer acto que reforme esse acto, serão percebidos no acto da entrega de qualquer producto da fabrica ou da refinaria e serão os mesmos, como os pagos pelos artigos similares na importação.

Revogação de ordens e excepção

3.—1) Sua Magestade pode, por um Rescripto, revogar, alterar ou fazer accrescer

(°) Preço 1/2 d.

mos a qualquer decreto regio ou ordem dada segundo este acto.

2) Este acto n'ao tem applicação alguma á glucoso.

Denominação breve

4) Este acto pode ser citado como o acto do anno de mil novecentos e tres (A. D. 1903) sobre a Convenção do assucar.

TRADUCCÃO

EXTRACTO DA «GAZETA DE LONDRES» SOBRE A LEI E REGULAMENTO DO ACTO DA CONVENÇÃO DO ASSUCAR

Extracto da «Gazeta de Londres» (The London Gazette) de sexta-feira, quatorze de agosto de mil novecentos e tres (14 de agosto de 1903)

Na Corte, no Palacio de Buckingham, aos onze dias de agosto de mil novecentos e tres (11 de agosto de 1903), perante ao Conselho Sua Magestade Excellentissima, o Rei:

Considerando que, pelo acto da Convenção do Assucar, do anno de mil novecentos e tres (A. D. 1903), depois de declarar que pelo artigo setimo da Convenção, assignada aos cinco (5) dias de março de mil novecentos e dous (A. D. 1902), relativamente ao assucar, foi promulgada uma disposição para o estabelecimento de uma commissão permanente (no acto alludido como commissão permanente) encarregada de ver ar pela execução das disposições da Convenção, acham-se prescripto que, onde for declarado pela commissão permanente que qualquer premio directo ou indirecto é conferido por qualquer paiz estrangeiro á produccão ou exportação de assucars, Sua Magestade pode, por um Rescripto ou Ordem régia, decretar uma ordem prohibitiva, isto é, uma ordem prohibindo o assucar desse paiz estrangeiro ser importado ou introduzido no Reino Unido, sujeito a qualquer resolução que possa ser votada pelo Parlamento, em vez dessa prohibição impondo um direito especial sobre esse assucar, de accordo com a Convenção; e que, quando um decreto prohibitivo estiver em vigor, as leis referentes ás Alfandegas serão applicadas como si o assucar, relativamente ao qual foi o decreto promulgado, estivesse especificado, salvo em transitio, na tabella das prohibições e restricções internas contidas na secção quarta vigesima segunda da Lei ou Acto da Consolidação das Alfandegas, do anno de mil e oitocentos e setenta e seis (A. D. 1876).

E acham-se tambem prescripto que Sua Magestade pólo, semelhantemente, fazer quantos regulamentos lhe pareçam convenientes ou necessarios relativamente a quaesquer desses decretos ou ordens e em particular exigir a declaração da origem ou procedencia de todo o assucar importado ou introduzido no Reino Unido, seja em transitio, seja de outro modo qualquer, para ser prova lo por esse certificado ou por outro document, como será previsto no decreto; mas ordem alguma terá applicação a os melçoos.

E, considerando que consta das declarações da commissão permanente contidas na folha de ordens mil seiscentos e trinta e dous (1,632), apresentada ao Parlamento, que a referida commissão permanente expoz haver sido concedido um premio sobre a exportação de assucar pela Dinamarca, Russia e Republica Argentina.

Então, por isso, Sua Magestade, no exercicio dos poderes do qual se acham investido pelo acto principalmente citado, por conselho e com assistencia do seu Conselho Privado, aprova decretar, como pela presente decreta, que:

A partir desde o primeiro dia de setembro seguinte o sujeito a outra qualquer decisão do Parlamento, como acima se declara, todo

o assucar da Dinamarca, da Russia e da Republica Argentina (exc' passando os melçoos e os productos confeccionados com assucar) serão (salvo em transitio) prohibidos de ser importados ou introduzidos no Reino Unido, e que relativamente a este decreto régio os regulamentos aqui appensos no annexo serão considerados como feitos e prescriptos. (Assignado) A. W. Fitz Roy.

Annexo a que se refere o d'ar to supra

REGULAMENTO I

Todo o assucar (a não serem os melçoos e os productos fabricados com assucar) importados ou introduzidos no Reino Unido, provindo de qualquer parte fóra-delle, será acompanhado do seu certificado ou guia da sua procedencia, como acima se exigiu; e todo esse assucar importado ou introduzido no Reino Unido, que não vier acompanhado desse document, será considerado importado ou introduzido com violação da disposição restrictiva contida na secção quarta vigesima-segunda do Acto da Consolidação das Alfandegas do anno mil e oitocentos e setenta e seis (A. D. 1876) e sujeita como acima ficou previsto, serão reputados nesta conformidade como as mercadorias enumeradas e classificadas na tabella da mesma secção.

REGULAMENTO II

O certificado de origem, exigido, estará de accordo com o estabelecido ou formulado pela commissão permanente para certos mercaderis em que accorderam para a devida observancia da Convenção, tanto quanto sejam os mesmos applicaveis ao Reino Unido, a saber:

Todo o assucar (salvo os melçoos e os productos que levem assucar) será acompanhado de um certificado da procedencia indicando: a) a qualidade e quantidade do assucar; b) a qualidade, o numero e marea dos fardos; c) o paiz da produccão, da procedencia ou da manufactura e o paiz do destino das mercaderis, e d) o modo de transporte por terra ou por agua.

REGULAMENTO III

O certificado deve ser assignado e passado pela autoridade fiscal que tenha jurisdicção no paiz de produccão, do despacho ou de transformação, sendo essa autoridade fiscal devidamente nomeada e habilitada para esse mister pelo Governo do Estado.

REGULAMENTO IV

Quando o paiz de origem de qualquer assucar, que trouxer certificado, for um Est do que não faz parte da Convenção, o certificado deve, além da particularidade acima exigidas, declarar que as mercaderias provem de uma feitoria que não fabrica assucar procedente quer da Russia, da Dinamarca ou da Republica Argentina; e qualquer dessas certificações deve, para garantia do seu fidejussor assignatura competentes, ser visado pelos proprios consul ou vice-consul inglaezes.

REGULAMENTO V

Não será valido certificado algum que seja p'seulo tanto depois disso decorrido doze mezes ou maior prazo (se acontecer), como deve ser metido no certificado pela autoridade fiscal que passá o mesmo.

REGULAMENTO VI

Então, como é possível que o assucar possa procedente de fora do Reino Unido, antes de chegar a dos certificações da sua procedencia, e seria inconveniente o dispañdi-

oso para os importadores esse assucar não ser livre dos gravames do anterior, até á vinda desses certificados, os agentes das Alfandegas tem competência para autorizar a saída desse assucar, sob a garantia de um deposito correspondente a essa quantia ou de uma obrigação relativa á multa — como julgarem conveniente, pela devida exhibição do certificado necessario dentro de um prazo determinado, e em tanto que não tenham fundamento de suspeitar que o assucar vem de um paiz prohibido.

Na Corte, no Palacio de Buckingham, aos onze dias de agosto de mil novecentos e tres (11 de agosto de 1903), achando-se presente em Conselho Sua Magestade Excellentissima o Rei.

Considerando que, pelo acto da Convenção do Assucar do anno de mil novecentos e tres (A. D. 1903), acham-se exarado em virtude de uma disposição para esse fim, na Convenção, que Sua Magestade pólo por um rescripto declarar que toda a fabrica de assucar refinado e engenho para extrahir assucar de melaços no Reino Unido estarão sujeitos á fiscalização, quer dos agentes das Alfandegas, quer dos commissarios das rendas interiores;

Então, assim, Sua Magestade, no exercicio do referido poder e com assistencia e por alvitre do Conselho Privado, ha por bem decretar:

Que, a partir do dia primeiro de setembro vindouro, inclusive esse dia, toda a fabrica de assucar, refinaria e engenho de extrahir assucar de melaços, no Reino Unido, estarão sujeitos á fiscalização, quer dos agentes das Alfandegas, quer dos Commissarios das Rendas interiores. — (Assignado) A. W. Fitz Roy.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal

Requerimentos de p'achados

Pelo Sr. director: Antnio Casiano da Silva Kelly, pedindo certidão. — Certificou-se. Henrique Alves do Mesquita, pedindo certidão. — Certificou-se. José Canilido Pimentel do Duarte, pedindo certidão. — Certificou-se.

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 19 de novembro de 1903

Sr. Ministro da Industria, Viacão e Obras Publicas:

N. 261. — Tendo este ministério resolvido, por despacho exarado no telegraphico de 10 de agosto fiscal em Cayaz de Arroyo, pedindo mez mandar fazer a administração as obras urgentes de que trata o edificio em que funciona a mesma delegacia, para o qual foi e meillor o necessario credito pela ordem da Directoria de Contabilidade n. 7, flo 3 tambem de esse mez, rogo vos dignes de providenciar affiança que um engenheiro desse Ministerio naquello Estado seja inennubiado, por elleo annua, do dirigio e fiscalizar aquellas obras.

— Sr. 1.º Secretario da Camara dos Deputados:

N. 39. — Tendo o 1.º escripturario do Thesouro Federal Augusto Joaquim de Carvalho requerido a este Ministerio, á vista da autorização contida no decreto legislativo numero 1,033, de 31 de outubro ultimo, o pagamento da impoçancia e relativa aos vencimentos que teve o Sr. macher no periodo de tempo em que estava illogicamente aposentado no lugar de chefe do socia da Alfa-

dega do Pará, rogo-vos providenciéis afim de serem restituídos a este mesmo Ministerio os papeis que acompanharam o officio que, sob n. 34, vos dirigiu o meu antecessor em 4 de novembro de 1902.

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Dia 19 de novembro de 1903

Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro:

N. 385 — Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, attendendo ao que requereu a Sociedade Propagadora de Sciencias e Artes, de Juiz de Fora, por seu vice-director, Luiz Koester, resolveu, por acto de 14 do corrente, autorizar o despacho, livre de direitos, mediante termo de responsabilidade, do material constante da inclusa relação e que a referida sociedade recebeu de Antuorpiá pelo vapor allemão *Wittenberg*, com destino á construcção do seu edificio.

N. 386 — Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, attendendo ao que requereu a *St. John d'El-Rey Mining Company, Limited*, por seus agentes nesta Capital, resolveu, por despacho de 12 do corrente, conceder isenção de direitos, na conformidade do § 36 do art. 2º, combinando com a parte final do art. 5º das Preliminares da Tarifa, para o material constante da inclusa relação o que a referida companhia recebeu da Europa com destino aos seus trabalhos de mineração.

N. 387 — Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, attendendo ao que requereram Manhães & Irmãos, proprietarios da usina Nossa Senhora das Dores, em Campos, Estado do Rio de Janeiro, resolveu, por despacho de 12 do corrente, conceder isenção de direitos, de accordo com o art. 2º, n. VII, letra c da lei do orçamento da receita vigente, para o material constante da inclusa relação e que os requerentes receberam da Europa pelo vapor *Camões*, com destino ao serviço da referida usina.

N. 388 — Communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, attendendo ao que requereu *The Brazilian Diamond & Exploration Company, Limited*, por seu procurador nesta capital, resolveu, por despacho de 13 do corrente, conceder isenção de direitos, nos termos do artigo 2º, § 3º, combinado com o final do art. 5º das Preliminares da Tarifa, para o material constante da inclusa relação e que a requerente recebeu de Glasgow pelo vapor *Biga Camões*, com destino aos seus trabalhos de mineração.

— Sr. director da Recebedoria desta Capital:

N. 65 — Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o vosso officio n. 61, de 7 de maio ultimo e interposto por H. Martini & C., desta praça, do acto dessa directoria que lhes impoz a multa de duzentos mil réis (200\$) por infracção do regulamento do imposto de industrias e profissões, resolveu, por despacho de 6 do corrente, preferido em sessão do Conselho de Fazenda e de accordo com o parecer do mesmo Conselho, negar provimento ao dito recurso, para o fim de sustentar a decisão recorrida por seu fundamentos.

— Sr. presidente do Tribunal de Contas:

N. 105 — De accordo com o despacho do Sr. Ministro de 13 do corrente, remetto-vos, para os fins convenientes, o incluso processo transmittido com o officio da delegacia fiscal da Bahia, n. 149, de 27 de outubro ultimo, relativo á fiança, em substituição, no valor de 3:000\$000, prestada por João Cláudio Pereira Arouca para garantia da responsabilidade de Luiz Francisco Saraiva no logar de ajudante do administrador das capatazias da alfandega daquelle Estado.

Sr. delegado fiscal na Bahia:

N. 132 — Communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, attendendo ao que solicitou a Santa Casa de Misericordia dessa capital, no requerimento encaminhado com o vosso officio n. 148, de 26 de outubro ultimo, resolveu, por despacho de 12 do corrente, conceder isenção de direitos, na conformidade do art. 2º, § 2º, combinado com o art. 5º das Disposições Preliminares da Tarifa, para o material constante da inclusa relação e que o referido estabelecimento pretenhe importar da Europa com destino ao seu serviço hospitalar.

— Sr. delegado fiscal no Maranhão:

N. 111 — Em resposta ao vosso officio n. 87, de 5 de agosto ultimo, declaro-vos, para os devidos effeitos, de accordo com o despacho do Sr. Ministro de 10 do corrente, que apenas são isentas do imposto de doca as alvarengas que atracam ás docas, aos caes e pontes das alfandegas ou dos armazens por estas custeados e ahí descarregam mercadorias quando o fazem exclusivamente para o fim de que trata a ultima parte do § 2º do art. 491 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, com o qual se relaciona o dispositivo do art. 2º do regulamento anexo ao decreto n. 7.551, de 26 de novembro de 1879, reproduzido no art. n. 575 da consolidação citada.

Outrosim vos declaro, na conformidade do mesmo despacho, que o assumpto do referido officio não deveria ser submettido ao Thesouro em forma de consulta, e sim já decidido por essa delegacia, que era competente para fazel-o.

N. 112 — Devolvendo o incluso processo que acompanhou o officio dessa delegacia n. 202 de 22 de novembro de 1902, relativo ao aforamento requerido por Antonio de Araujo dos terrenos que pertenciam á extincta Ordem Carmelitana, situados no logar denominado Madureira, na ilha do Maranhão, nesse Estado, recomendo-vos, de accordo com o despacho do Sr. Ministro de 31 de outubro findo, providencias para que sejam observadas as exigencias constantes da informação do zelador dos proprios nacionaes, junta por cópia, devendo essa delegacia, além disso, preferir despacho concedendo o aforamento requerido antes do acto da medição e avaliação dos ditos terrenos.

— Sr. delegado fiscal em Minas Geraes:

N. 85 — Declaro-vos, para os fins convenientes e em obediencia ao despacho do Sr. Ministro de 12 do corrente, que o Ministerio da Industria, Viagem e Obras Publicas, segundo communicou em aviso n. 48, de 5 do mesmo mez, já providenciou no sentido de serem attendidas as requisições de que trata o orden desta directoria n. 77, de 38 de outubro findo, expedida á essa delegacia.

— Sr. delegado fiscal na Parahyba do Norte:

N. 59 — Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro resolveu, por despacho de 13 do corrente, deixar de attender ao requerimento encaminhado com o vosso officio n. 47, de 31 de outubro ultimo, em que Celso G. Lumbiaro da Costa Cirne pede isenção de direitos para uma amagã de ferro ou aço coberta do zinco com applicação á lavouira de café ou fumo, visto não se tratar de ossatura ou armação do ferro gom suas pertences para a refinação de asucar e distillação de álcool de canna, a que apenas se refere o art. 2º, letra e, n. VII da lei do orçamento da receita vigente.

— Sr. delegado fiscal em S. Paulo:

N. 192 — Constando do officio do Tribunal de Contas n. 278, de 17 de outubro proximo findo, que Joaquim Antonio de Lima achou se exerceo no logar de collector das rendas felleiras da cidade de Franca, nesse Estado, seu haver prestado a devida fiança, requerendo-vos, em obediencia ao despacho do Sr. Ministro de 4 do corrente mez, que ma-

queis ao referido collector e a todos os que estiverem em identicas condições o prazo improrogavel de 30 dias para satisfazerem aquella exigencia legal, sob pena de serem exonerados; convido declarar-vos; de accordo com o mesmo despacho; que não deveis permitir que exactores do qualquer especie assumam o exercicio de seus cargos antes do prestarem as competentes fianças.

Directoria das Rendas Publicas

Circular n. 10 — Thesouro Nacional — Directoria das Rendas Publicas — Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1903.

Tendo se suscitado duvida sobre a classificação que, para o pagamento do imposto de consumo, compete ao preparado denominado *Cognac licoroso de gengibre*, do pharmaceutico Astolpho Villaça, declaro aos Srs. collectores do Estado do Rio de Janeiro que, segundo o parecer do Laboratorio Nacional de Analysos, o referido preparado deve ser considerado especialidade pharmaceutica, incidindo nas taxas do § 8º do art. 12 do decreto n. 3.622, de 26 de março de 1900. — Luiz R. Cravalanti de Albuquerque, director das Rendas Publicas.

RECEBEDORIA DO RIO DE JANEIRO

Requerimentos despachados

Dia 19 de novembro de 1903

D. Carolina do Carvalho Santos. — Transfira-se.

Dr. Oscar Vinelles. — Transfira-se. A Companhia Manganz Queluz de Minas. — Inscreva-se o cobre-se o sello devido.

D. Rosa Lina Teixeira de Freitas. — Paga a multa de 20\$, transfira-se.

Emilie François. — Diga em que nome acha-se lançada a penna d'agua.

Muniz & Comp. — Sellado o documento, transfira-se.

Joaquim Gonçalves. — Satisfaza a exigencia da sub-directoria.

Francisco Rodrigues Cavanollas. — Transfira-se.

Cesar Augusto Lopes Tourinho. — Transfira-se.

José Pinto de Almeida. — Satisfaza a exigencia da Sub-Directoria.

José Gouvêa de Mendonça. — Transfira-se.

Antonio Anselmo do Castro. — Transfira-se.

D. Bernardina de Souza Ribeiro Brandão. — Paga a multa de 20\$, transfira-se.

Manuel Domingos dos Santos Baptista. — Transfira-se.

D. Rosa Camilla de Oliveira. — Idem.

D. Cecilia Soares Ferreira e outros. — Pague o imposto em debito.

David Moreira Rego. — Satisfaza a exigencia da Sub-Directoria.

José Ignacio Coelho. — Transfira-se.

Maria Julia Barcellos Leal. — Corrija-se o lançamento, de accordo com o parecer.

Mañuel Ramos Ferreira. — Corrija-se o lançamento.

Naçimento & Almeida. — Pague os impostos em debito, averba-se a mudança.

Alfredo Lopes da Cruz. — Transfira-se.

Tito do Coração de Jesus. — Sellado o documento junto e paga a multa de 20, transfira-se.

José Paulin, Ferreira Marcellos. — Paga a multa de 20\$, transfira-se.

Pedro Julio Lopes. — Transfira-se.

Enotides America do Sá. — Transfira-se.

A Sociedade Maritima do Beneficencia. — Satisfaza a exigencia da Sub-Directoria.

Leandro Ribeiro da Silva. — O requerimento só pôde ser attendido para o exercicio de 1904.

Antonio Ferreira. — Satisfaza a exigencia da Sub-Directoria.

Manoel Gurgel. — Corrija-se o lançamento.

Commissão Revisora da Tarifa Aduaneira, nomeada pelo Ministerio da Fazenda

Memoriaes, propostas, emendas, pareceres, etc.

(Continuado do n. 269)

CLASSE 35ª

PROPOSTA DO SR. DR. TRAJANO DE MEDEIROS

Art. 1.037—Caixas e boretas.

Na 4ª parte, depois das palavras—e para talheres—acrescentem-se as seguintes:—espingardas e semelhantes.

Supprima-se a especificação:

Caixas de pinho proprias para encaixotamento de vinhos, cerveja, etc., por já estar comprehendida no art. 337, cujas taxas foram augmentadas a 200 e 300 réis respectivamente.

Altoem-se tambem as taxas para—as caixas de pinho para phosphoros:

Desarmadas, em osso, kilo.....	1\$500
Desarmadas e rotuladas, kilo.....	2\$000
Armadas e completas, kilo.....	2\$000

Art. 1.062—Obras de côco:

Adereços, pulseiras, alfinetes e obras semelhantes, kilo.....	10\$000	50 %
Botões de qualquer feitio, ventiladores para chapéus e quaesquer outras obras não classificadas, kilo.....	4\$000	50 %

Art. 1.065—Palitos de madeira para phosphoros, kilo 1\$ em vez de 80 réis.

Accrescente-se este novo:

Art.—Véos para luz incandescente.

Embebidos ou impregnados de liquido metallico incandescente, um.....	\$150	50 %
Collodiado e preparado para o consumo, em caixinhas ou envoltorios semelhantes, um.....	\$250	50 %

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Memorial

Por occasião da votação das emendas apresentadas para a 3ª discussoão do projecto que o.çou a receita geral da Republica para o actual exercicio de 1903, entraram na arena da discussão varios illustres Srs. Deputados, dentro os quaes salientaram-se os Srs. Drs. Bueno de Andrade e Paula Ramos.

As razões que apresentaram então esses dignos Srs. Representantes da Nação para a rejeição da emenda n. 7, do Sr. Deputado Horelia de Sá, assim como para a rejeição do substitutivo que a illustre Commissão do Orçamento apresentou áquella emenda, com o louvavel intuito de conciliar interesses, nos parecem decisivas e do maior criterio, até a de inspiradas em verdaheiro patriotismo.

Eis o que se passou naquelo momento na Camara dos Srs. Deputados:

E' annunciada a votação da seguinte emenda, n. 7, do Sr. Horelia de Sá;

«Onde couber:—Sulfureto de carbono (Formicida) 300 réis por kilo, além dos impostos aduaneiros, que ficem estabelecidos.»

O Sr. Bueno de Andrade (pela ordem). Esta emenda não deve passar nesta Casa...

O Sr. Paula Ramos— Apoiado.

O Sr. Bueno de Andrade— Porque é um imposto lançado sobre a avoura. (Apoiados.)

Uma voz — Está condemnada.

O Sr. Bueno de Andrade — Só saberei que está condemnada depois da votação.

Não privo na intimidade dos Srs. Deputados, nem ando na cabala do emendas para saber quem vota a favor ou contra.

Lançar um imposto de 300 réis, como quer a emenda, e de 200 réis, como quer a Commissão, sobre cada kilo de formicida, é lançar imposto pesado sobre a lavoura. (Apoiados e não apoiados.)

Ouvi a este respeito pessoas entendidas, que me disseram que a lavoura gasta, em média, 100\$ com formicidas para cada 1.000 arrobas de café. Isto quer dizer que vamos lançar o imposto de 10\$ ou 20\$ sobre o café. (Apartes.)

Sei que o formicida não se applica á carne de vacca; o imposto diz respeito a Minas, S. Paulo e Rio de Janeiro.

Sei que não ha outro meio pratico para destruir essa praga permanente, a formiga, sinão o formicida, de modo que, lançar este imposto, tomar a Commissão do Orçamento a responsabilidade

desses novo imposto, é fazer mal á lavoura, é menosprezar os seus interesses.

O Sr. Serzedello Corrêa — Para que é V. Ex. aggressivo? Por que não attribuo a seus collegas intuito patriotico?

O Sr. Bueno de Andrade—V. Ex. podia errar em seu patriotismo. Lançar esse imposto á lavoura não é bom servir ao paiz. Eu não faço politica neste momento, mas peço á maioria que não acompanhe a Commissão, porque a Commissão não foi bom inspirada lançando actualmente imposto sobre a lavoura. (Muito bem.)

O Sr. Serzedello Corrêa (pela ordem)—Sr. Presidente, não venho propriamente defender a emenda...

O Sr. Bricio Filho—Venho defender o substitutivo da Camara.

O Sr. Serzedello Corrêa—... nom o substitutivo. Já está na consciencia da Camara, pelo procedimento que ella teve em relação ás emendas anteriores relativas a tarifas, que essa emenda está de antemão condemnada.

O Sr. Seabra — Sem desconsideração á Commissão de Orçamento.

O Sr. Serzedello Corrêa—Mas eu não podia ficar calado deante das observações do nobre Deputado por S. Paulo, porque a Commissão estudou longamente esta emenda em seu parecer...

O Sr. Bueno de Andrade—Mas não aceitou.

O Sr. Serzedello Corrêa—No juizo de V. Ex.

A Commissão ponderou de um lado, interesse de uma industria que já teve um largo desenvolvimto neste paiz.

O Sr. Bueno de Andrade—As materias primas desta industria são enxofre e carvão de pedra que veem do estrangeiro.

O Sr. Serzedello Corrêa—O nobre Deputado para que quer me desviar? A importação da materia prima para a industria não tem essa importancia. A industria do papel em Franca é das mais ricas e a materia prima é importada da Suecia e Noruega. A industria do chocolate é das mais importantes; entretanto a Franca importa cacao do Brazil. E' colossal a industria de tecidos na Inglaterra, que importa o algodão.

E assim tantas outras.

Mas o que quero dizer é que a Commissão pôde ter errado, mas, si errou, errou com a consciencia de quem procurava acertar e acautelar os altos interesses deste paiz. Não lhe pareceu conveniente matar de vez a industria de formicida nacional, industria que já teve largo desenvolvimento e que hoje vae a caminho do aniquilamento, e isso em favor e em defesa da agricultura, porque isso pôde dar e trazer o peor de todos os monopolios, o monopolio de formicida estrangeiro importado e, nessa occasião, ha de ser imposto o preço á lavoura e esta acarretará com os mais profundos prejuizos, porque não terá onde ir busca-la.

Foi isso que a Commissão procurou evitar.

O Sr. Bueno de Andrade—Não é isso possivel.

O Sr. Serzedello Corrêa—Acabo a concorrência do producto nacional, que é mais barato e que obriga o commercio a vender o estrangeiro pelo mesmo preço ou por pouco mais, e veremos quem tem razão, quem defende a lavoura, que olha para o futuro, si o nobre Deputado ou o relator da Receita.

O Sr. Paula Ramos (pela ordem)—Sr. Presidente, todas as vezes que tem sido proposto imposto sobre formicida nesta Casa, tenho tomado a palavra para me oppor systematicamente a qualquer gravame sobre formicida, porque entendo que é um dos elementos essenciaes á lavoura nacional.

Si não estivesse estabelecida a preliminar que todas as emendas de tarifas devem ser rejeitadas, ou viria responder ao argumento apresentado pelo illustrado relator do Orçamento de Receita. Mostraria que, na contingencia de proteger as fabricas nacionaes produtoras do formicida ou proteger a lavoura nacional, eu me decidiria pela segunda hypothese. (Apoiados.)

O que é facto, é que o formicida nacional existe em uma pequena região do paiz, e que esse genero é considerado como exclusivo, e o seu transporte para diversos Estados do norte da Republica é tão oneroso q o o frete é muito forte para aquelles Estados, com o valor do producto tambem, de maneira que Estados do norte se veem privados de importar formicida nacional, si passar o imposto, que será prohibitivo, para o Formicida estrangeiro.

Nestas condições, estabeleço o dilemma que sempre estabeleço quando se trata da questão; a questão tem de ser resolvida entre a protecção ás fabricas nacionaes produtoras de formicida e a protecção á lavoura nacional.

Em seguida é posto a votos e rejeitado o seguinte substitutivo da Commissão.

«Art. Os formicidas ficam sujeitos á taxa do sulfureto de carbono, —isto é—200, supprimida a isenção do paragrapho 30 do art. 2º das Preliminares.»

E' igualmente rejeitada a referida emenda sob n. 7.

Além desses argumentos do maior valor, que motivaram com toda a logica a permanencia da isenção de quaesquer direitos para o formicida (sulfureto de carbono) importado do estrangeiro, transcrevemos ainda aqui o seguinte communicado que se acha publicado no *Journal do Commercio* de 30 de setembro do anno proximo passado, e pelo qual bem se vê que aquella emenda ia preferir com a mais clamorosa injustiça a parte pelo todo, o bem estar do alguns

ao bem estar de todos, o progresso de uma industria nacional exotica contra o amparo e protecção devida á agricultur., nossa verdadeira industria nacional indigena e principal fonte de riqueza e engrandecimento.

Em consequencia do que deixamos expor acima e por nos parecer curial que se conservem as medidas que resguardem os mais legitimos interesses nacionaes não nos resta a menor apprehensão ne suspensa de que possam vir a ser alteradas pela Commissão Revisora da Tarifa das Alfandegas, os dispositivos della contidos desde os seus preliminares sobre o formicida importado do estrangeiro.

Antes nutrimos as mais firmes esperanças e temos a mais firme convicção que, o illustre e incansavel brasileiro, que preside e dirige os trabalhos desta esclarecida Commissão, procurará manter a todo o transe, de accordo com seus pares, aquelles actuaes dispositivos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1903.—*Joaquim José Gonçalves & Comp.*

Jornal do Commercio, de 30 de setembro de 1902:

Escrevem nos:

« E' iniqua a emenda sob n. 7, apresentada para 3ª discussão do projecto n. 171, que orça a Receita Geral da Republica para o exercicio de 1903.

Emenda n. 7.

« Onde couber: Sulfureto de carbono (formicida), 300 réis o kilo, dos impostos aduaneiros que ficam restabelecidos. »

E', além do iniqua, anti-patriotica essa emenda, po que vem onerar a já exhausta classe dos lavradores no Brazil para favorecer um grupo relativamente de interessados que se dedicam á industria que não encontra no paiz os elementos essenciaes ao seu desenvolvimento, e que por isso não pôde vender barato o seu producto.

A industria do sulfureto de carbono (formicida) estabelecida entre nós necessita de importar materia prima e tem de supportar a carestia do trabalho; nestas condições ella jamais poderá competir com essa mesma industria, exercida em logares onde é baratissimo o salario e onde se obtem a materia prima a baixo preço.

Esta é a verdade e foi isto mesmo que reconhecia, com maior criterio, a digna Commissão de Orçamento da Camara dos Srs. Deputados, fazendo o historico das fabricas de sulfureto de carbono entre nós.

Não ha positivamente uma razão formal nem principio justificativo que autoriza diante dessa confusão da Commissão de Orçamento, a modificação das disposições da tarifa das alfandegas; no que diz respeito á importação do formicida, que são grandes beneficios presta á lavoura do paiz que o adquire a baixo preço no nosso mercado e de melhor qualidade.

Actualmente os lavradores compram o formicida por metade do preço porque se vendia antes da entrada no nosso mercado do producto importado.

E porque não possa o fabricante do formicida no paiz vendel-o ao fazendeiro por preço reduzido, porque não possa essa industria auferir lucros remunerativos de uma industria que entre nós não encontra os elementos essenciaes ao seu desenvolvimento, segue-se que se dova onerar o producto de melhor qualidade que é fornecido ao agricultor por baixo preço?

A industria agricola do paiz vale, a nosso ver, mais do que os interesses de alguns poucos, que se dedicam a industria verdadeiramente exotica para nós e que, talvez, vissem mais do que os importadores de formicida, o monopolio avassalador e destruidor da nossa já tão depauperada lavoura.

E' por demais antipatriotica a emenda a que alludimos e não encontramos devesas uma razão que a justifique.

Não é de hoje, ha já muitos annos vende-se formicida estrangeiro por preço infimo aos lavradores; ainda não houve abusos e os consumidores preferem no por sua efficacia, sem que ainda esta circunstancia tenha servido para despertar a ganancia em seus importadores.

A decretação do imposto sobre esse producto é, pois, uma providencia patrocinadora de alguns e prejudicial a um grande numero, que virá principalmente onerar a agricultura, que é industria natural do paiz, e que reclama amparo e protecção, porque é a sua principal fonte de riqueza.

Devemos fomentar e desenvolver as industrias que nos são proprias, cercando-as de todas as facilidades e recursos para o seu progresso, porque é nellas que encontraremos campo vasto á nossa actividade e recompensa ao nosso trabalho.

Isso é que é patriotico.

As isenções de direitos até hoje mantidas para o formicida importado e a modicidade das tarifas da Estrada de Ferro Central do Brazil nas remessas desse producto para os lavradores demonstram como andavam bem orientados os legisladores com relação á doutrina que acabamos de expor.

O substitutivo que a Commissão de Orçamento da Receita apresentou á emenda do Sr. Deputado Herculio de Sá, soffre ainda a mesma critica.

Diz esse substitutivo:

« Os formicidas ficam sujeitos á taxa de sulfureto de carbono, isto é, 200. Supprimida a isenção do § 30 do art. 2º das Preliminares. »

Si a emenda ou o substitutivo for accoito pelo Congresso Nacional só poderá occasionar o desaparecimento do producto importado, que é mais efficaz e muitissimo barato, para ser substituído por outro menos energico e de preço muito mais elevado com gravame para a nossa lavoura, já tão atormentada, sendo que então os fabricantes do producto no paiz, senhores do terreno, poderão impor preço ás suas victimas e fazel-as pagar bem caro esse empenho patriotico de proteger as industrias nacionaes exoticas. »

Graças, porém, á clarividencia dos Srs. representantes da Nação, na resolução da questão de tão grande alcance para os interesses vitaes do paiz, conservam-se ainda isentos dos impostos de importação os formicidas (sulfureto de carbono) de origem estrangeira, introduzidos nos nossos mercados.

Durante o anno de 1902 apenas 2.000 caixas desse producto vieram a praça do Rio de Janeiro, e, não é com essa mediocre quantidade de formicida estrangeiro que se pôde aniquilar nem perturbar sequer, o desenvolvimento da industria nacional desse genero, cujo consumo deve elevar-se annualmente a muitos milhares de caixas, attendendo-se a colossal vastidão dos territorios agricolas solapados pelas formigas, que devastam as plantações de café de um modo assustador nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Geraes, S. Paulo e em varios outros, cujos territorios se prestam ao cultivo dessa preciosa rubiacca que, é incontestavelmente uma importantissima fonte de receita para o Brazil.

Assim tambem não é a importancia relativamente insignificante que poderia proir dos direitos pagos por cinco ou dez mil caixas de sulfureto de carbono (formicida) annualmente importados, que viria fazer peso no equilibrio financeiro do Brazil, que muitissimo mais tem a lucrar com a existencia em seus mercados de um producto de efficacia reconhecida e com revada, para a salvação e garantia da agricultura, sua melhor e mais certa fonte de receita.

Estas razões fundamentaes e a consideração de que, o formicida estrangeiro importado livre de direitos, constitue uma garantia para que os agricultores obtenham sempre por preço minimo um elemento indispensavel ao bom exito dos seus esforços e desenvolvimento da industria agricola, que é a principal e deve ser a mais privilegiada das industrias nacionaes, afagam-nos a esperança e avigoram-nos a convicção de que a illustre e criteriosa commissão da revisão das tarifas, inspirando-se nos legitimos sentimentos de patriotismo, em prol dos verdadeiros interesses da Nação, continuará a manter para o sulfureto de carbono (formicida) importado do estrangeiro, as mesmas disposições e doutrina que se acham consignadas nas preliminares da tarifa em vigor.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1903.—*Joaquim José Gonçalves & Comp.*

Memorial

Vamos expor a largos traços a agonia da « industria do formicida ».

Anteriormente á Republica e ainda pela tarifa de 1890, pagava o sulphureto de carbono (formicida) \$ 20 por kilo. Foi dessa época em deante, até 1891, que diversas fabricas se montaram, garantidas pela tarifa existente, offerecendo concorrência ás antigas, no numero das quaes está a nosa, que foi montada ha vinte e tantos annos.

As novas fabricas pouco prejudicaram as antigas, porque a concorrência, a lucta era travada em igualdade de condições, pois a tariffa de 1890, como já dissemos, estabelecia a taxa de 320 réis ao kilo e bem assim a de 1891 e além disto, como é sabido, foi no periodo de 1890 a 1895 que a lavoura teve a sua época de ouro e de loucura, que tão caro está pagando.

Em 1896 ainda a Commissão de Tarifas, nomeada pelo Governo, taxou o « sulphureto de carbono no formicida » em 200 réis o kilo. Essa tarifa, porém, foi alterada pelo Congresso, que nas « Disposições Preliminares » isentou de direito os « formicidas estrangeiros. »

Os industriaes brasileiros recorreram ao Congresso e todos os annos desde 1897 alguns Srs. deputados tem apresentado emendas para as verem cahir. O insuccesso destes esforços por parte de alguns Srs. legisladores tem dado logar a entrarem annualmente no paiz muitos milhares de latas de formicida estrangeiro, livres de direitos e expediente por se haverem fechado muitas fabricas, pois tendo o industrial brasileiro que importar e pagar direitos do enxofre, carvão, madeira, folha de Flandres etc., claro está que não pôde lutar com o estrangeiro, tanto mais que o formicida nacional é vendido muito mais barato.

De quem as vantagens desses favores? Da lavoura? Não, porque paga mais caro o formicida estrangeiro, producto igual ao nacional, pois que em toda a parte se fabrica pelo mesmo processo; a quem, pois, aproveitam os favores da tarifa, sinão ao estrangeiro? Só a esto. A quem prejudicam?

Em primeiro logar, á industria nacional e em seguida ao paiz, pois deixa de cobrar os direitos da materia prima, tributada para as fabricas nacionaes, porque cada lata que entra do estrangeiro é uma lata que se fabrica de menos no paiz.

Si continuar a ser protegida por tal fórma a industria nacional, esta desaparecerá, e então a lavoura terá que pagar o producto

estrangeiro pelo preço que o portador entender que o deve vender, porque não terá concurrentes.

Será uma nova forma de auxiliar a lavoura? Confiamos nessa, como já confiámos na comissão de tarifas de 1897 e convictos que farão justiça agradeçemos em nosso nome, da lavoura e do paiz.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1903.—*Alves, Magalhães & Comp.*

Parecer

«A sub-comissão da classe 11ª vem apresentar o seu parecer sobre as reclamações de diversos industriaes fabricantes do sulphureto de carbono ou formicida.

Considerando que a industria do sulphureto de carbono ou formicida existe no paiz ha mais de 40 annos, sendo ella introduzida pelo barão de Capanema, obtendo dos poderes publicos como premio de sua descoberta, que foi então considerada inestimavel para a lavoura, o privilegio por 15 annos;

Considerando que, tendo o barão de Capanema montado tres fabricas, sendo uma na Bahia e duas no Estado do Rio e que sendo tal a procura de formicida que esta era vendida por empenho a 12\$, 14\$ e 16\$, a lata e conseguindo satisfazer a tempo todos os pedidos.

Considerando que então diversos negociantes importadores, como Antonio Soares Dias, Klingelhoefer & Comp., Berrini & Comp. e outros começaram a importar o sulphureto de carbono do estrangeiro e a fazer concorrência ao barão de Capanema, o que levou este a conseguir dos poderes publicos que a taxa do sulphureto de carbono ou formicida fosse elevada a 1\$ por kilo;

Considerando que, naquella época, as materias primas para o fabrico do sulphureto de carbono custavam muito menos: por exemplo, a caixa de 60 kilos de enxofre custava 4\$800, hoje custa 12\$, a tonelada de carvão de pedra custava 30\$, hoje custa 46\$, o trabalhador custava 2\$, hoje custa 4\$ e 5\$, e tudo mais em proporção;

Considerando que, apesar de ter sido diminuida a taxa do sulphureto de carbono a 320 réis o kilo, foram se montando diversas fabricas em diversos Estados do paiz, chogando seu numero a dezoito ou mais, dando logar a concorrência a sensivel diminuição no preço do formicida, não obstante, em nova reforma da tarifa ainda foi reduzida a taxa de sulphureto ou formicida a 200 réis o kilo;

Considerando que importadores estrangeiros conseguiram dos poderes publicos que fosse o sulphureto de carbono ou formicida incluído nas disposições preliminares da tarifa na parte que diz isenção de direitos do consumo—o formicida como adubo para lavoura, o que é absurdo; pois nunca foi nem poderá ser considerada como tal, e baseado nessa isenção tem-se importado ha quatro annos milhares de latas de formicida ou sulphureto, prejudicando grandemente o fisco, que deixou de cobrar os direitos a luanzeiros e até expediente;

Considerando que, em virtude de tão clamorosa injustiça, visto que os industriaes nacionaes, tão sobrecarregados de impostos federaes, municipaes e estaduais, além da crise que ha tempos asoborba todas as classes, é impossivel a luta, tant' que das dezoito ou vinte fabricas que existiam, hoje só existem cinco ou seis, e estas mesmas condemnadas também a desaparecer, pois que já tem reduzido grandemente o seu fabrico, deixando sem trabalho numero avultado de operarios;

Considerando que, desaparecendo do paiz esta industria, então a lavoura ficará sujeita á imposição dos importadores, que saberão impor o preço do formicida, sem que ella tenha para quem apellar, pois que ninguem mais osará montar novas fabricas de formicida para torem o mesmo desgraçado fim das anteriores;

Esta sub-comissão é de opinião e propõe que seja eliminada a palavra FORMICIDA das «Preliminares da Tarifa» concedendo isenção de direitos do consumo, e que a taxa para o sulphureto de carbono ou formicida seja elevada a 500 réis por kilo.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1903.—*Gabriel Filgueiras.—Vicente Weyneck.*

Parecer em separado

Gabriel Filgueiras vem, como membro da sub-comissão da classe 11ª, sustentar o seu parecer, que, discordando do da maioria da dita comissão, opina por que, além do sulphureto de carbono ou formicida ser eliminado das «Preliminares da Tarifa» que concede isenção de direitos, seja taxada em 500 réis por kilo.

Justificando o seu voto, diz que:

Sendo o sulphureto de carbono um producto chimico descoberto em 1793 por Lampadius, tanto assim que é ella conhecido em todos os tratadões de chimica por licor de Lampadius, nunca se tinha fabricado no Brazil, e sua importação era nulla, apenas a indispensavel para usos de pharmacias.

O barão de Capanema, brasileiro distincto pelo seu talento e illustração, autorizal-o em chimica e physica, quando director dos telegraphos, percorrendo o vasto territorio do nosso paiz, teve o ensejo de se convencer de que o maior inimigo da lavoura era a formiga, sobretudo a denominada «sadyva»; então procurando o

remedio para este mal, depois de trabalhosas experiencias, chegou á convicção de que o sulphureto de carbono era a unica coisa que mais rapidamente extinguiu os formigueiros. Trazendo a publico a sua descoberta, pediu ao Congresso que o premiasse. O Congresso do então (1873), achando que o barão tinha com offeito prestado relevante serviço com a sua descoberta, concedeu-lhe o privilegio por 15 annos para ser o unico a fabricar sulphureto de carbono ou formicida (cujo nome adoptou) no paiz.

Montando então duas fabricas, começou o barão a vender o sulphureto de carbono a 14\$ e 16\$ a lata de 4 litros.

Alguns negociantes importadores entenderam que poderiam usufruir lucros fabulosos importando o sulphureto do estrangeiro, que pagava então a uma taxa insignificante, e assim prejudicaram grandemente a industria do barão, que, influente como era na monarchia, conseguiu facilmente, dos poderes publicos que a taxa do sulphureto de carbono fosse elevada a 1\$ o kilo. Cassin-lo ou pelo menos diminuindo consideravelmente a importação e terminando o prazo do privilegio, alguns brasileiros começaram a montar fabricas de sulphureto de carbono ou formicida em diversos Estados do Brazil, chegando o seu numero a cerca de vinte fabricas, que, em virtude da concorrência, reduziram de muito o preço da formicida e produziam o necessario ao consumo da lavoura.

Ha, porém, cerca de tres ou quatro annos, alguns estrangeiros importadores de vinhos e outros artigos inteiramente estranhos ao commercio de productos chimicos, que, baseados na tão decantada quanto falsa protecção á lavoura, conseguiram do Congresso que o sulphureto de carbono ou formicida fosse incluído nas «Preliminares da Tarifa» que concede isenção de direitos a certas drogas que servem de adubo para a lavoura. Que absurdo!

Pois bem, Sr. presidente, armados com esta tão injusta e iniqua protecção dos Poderes Publicos, os importadores estrangeiros tem introduzido no paiz grande quantidade de sulphureto de carbono, subindo nestes tres ultimos annos a sua importação só no porto do Rio de Janeiro a cerca de cincoenta mil latas, sem contar Santos e outros portos, e isto não pagando direitos nem expediente e ficando a lata do sulphureto estrangeiro a 3\$ no maximo que os Srs. importadores, por protecção á lavoura (como dizem) vendem a 6\$, isto é, ganham cento por cento! E a industria nacional, Sr. presidente, sobrecarregada de impostos, lutando com a tremenda crise que ha tempos assoborba todas as classes produtoras, não podendo sustentar lucta tão desigual, está succumbindo, tanto que hoje existem apenas seis ou oito fabricas de formicida e estas mesmas tem reduzido grandemente o seu fabrico e acabam também fechando, si continuar esta protecção escandalosa dos Poderes Publicos á industria estrangeira em detrimento da industria puramente nacional e que existe no paiz ha trinta annos, e então, Sr. presidente, quando fechar a porta a ultima fabrica, o importador estrangeiro, só em campo, saberá impor á lavoura o preço do seu formicida e esta não poderá apellar para o producto nacional, porque ninguem mais quererá embarcar seus capitales em uma industria que já existiu e morreu por abandono dos poderes publicos do seu paiz.

E, nestes termos, conto que a comissão conceda a taxa de \$300 por kilo, equivalente a 50 % do valor, como de justiça.

PROPOSTA DOS SRS. LYCURGO TELLES DE MENEZES E PAULO A. LUCHSINGER. APRESENTADA PELA ASSOCIAÇÃO COMMERCIAL DO RIO GRANDE

Tecidos mistos

Art. 12. E' sobremodo fora de equidade o abatimento de sómente 10 % que se concede aos tecidos que contiverem—ou todos os fios da urdidura ou todos os fios da trama—da materia nênos tributada.

As taxas dos pannos, casimiras, e'c. (art. 517) comprovam o nosso reparo, porquanto o dito art. 517 determina taxa para o que é pura lã e para o que é de lã e algodão em partes iguaes, cinco quanto que para os tecidos do art. 488 (alpaca e muitos outros) o art. 12 das «Disposições Preliminares» concede 10 % de abatimento quando não forem de pura lã.

Conviria, pois, com justiça que o abatimento de 10 % fosse elevado a 30 %, ou, si o quizerem, estabelecer taxa para os tecidos que não forem de pura lã.

Tambem no art. 12, 1ª e 2ª regras, com relação aos tecidos misturados com seda, ha materia a esclarecer a fim do fugir-se á bárbara taxa de 28\$, a que estão condemnados quasi todos os tecidos de lã misturados com seda.

Equitativamente, tres tecidos deveriam pagar—quando em partes iguaes de lã e seda—7\$200 e 60 % pela seda ou seja 11\$520 por kilog. e quando em menor proporção de seda—7\$200 e 30 % pela seda ou sejam 9\$360 por kilog.

A taxa actual de 28\$ é que não pôde subsistir, e nós esperamos que assim aconteça.

O applicavel da 2ª parte do art. 12, onde se diz—Não se concederá, porém, abatimento, etc., etc., deve ser eliminado, pois que pela redacção do—em proporção insignificants—, o que é elástico e vago, prejudica á interpretação do mesmo art. 12—2ª parte.

MEMORIAL DA COMPANHIA DE ACIDOS

A Companhia de Acidos vê-se forçada a voltar á presença dessa honrada comissão para insistir num dos pontos do seu memorial de 23 de julho ultimo.

Parecendo á Companhia que o art. 27, paragrapho unico, n. 2, do decreto n. 3.617, de 19 de março de 1900 «Disposições Preliminares da Tarifa» era perfeitamente applicavel ao despacho do acido sulphurico acondicionado em latas ou caixas de chumbo, requereu ao digno inspector da Alfandega se servisse ordenar que a cobrança dos respectivos direitos de fizesse de accordo com a mencionada disposição, concebida nestes termos:

«Art. 27. Os envoltorios das mercadorias não estão sujeitas a direitos independentes dos das proprias mercadorias...

Paragrapho unico. Exceptuam-se: 2º quaesquer outros (envoltorios) que tarifados a peso bruto estejam sujeitos a direitos inferiores aos que pagariam os proprios envoltorios si fossem importados separadamente.»

Mas aquelle alto funcionario desattendeu á justa reclamação da companhia, allegando que «o § 18, art. 2º das «Preliminares» isenta absolutamente de direitos as latas de chumbo servindo de envoltorio a mercadorias não sujeitas ao pagamento dos direitos a peso bruto.»

Não occorreu, por certo, ao digno funcionario que a propria disposição invocada como fundamento do seu despacho encerrava já a excepção, que o legislador reservou para formular expressamente no art. 27 juntamente com as outras ali consignadas.

As latas ou caixas de chumbo que servem de envoltorio ao acido sulphurico teriam de pagar, si fossem importadas separadamente, no mínimo 200 réis por kilo (clausula 24 n. 700 da tarifa); o acido sulphurico está apenas sujeito ao pagamento de 30 réis por igual peso (clausula 11, n. 178).

Esta desproporção já é de si mesma tão excessiva que se não faz preciso observar para tornal-a mais irritante que no peso do acido se comprehende tambem o do envolvero (botijão de grés), pois o acido é tarifado a peso bruto (cit. clausula 11, n. 178).

A reclamação da companhia ao digno inspector da Alfandega não podia, portanto, ser mais claramente fundamentada, concorrendo nella, como concorrem, todos os elementos constitutivos da excepção do art. 27, paragrapho unico, n. 2 das cit. «Preliminares». Isto é, a tarifação dos direitos dos envoltorios de chumbo em relação aos dos proprios envoltorios importados separadamente.

Sabe a companhia que a essa honrada comissão falta de todo competencia para prover a casos como este, e si ainda uma vez vem abrigar-se á sombra de sua patriótica iniciativa é unicamente para pedir-lhe que, quando tenha de attender á reclamação agora repetida, se sirva indicar, de modo que não seja possível qualquer duvida, que os envoltorios das mercadorias paguem direitos separados sempre que se verificar o caso da excepção do cit. art. 27, paragrapho unico n. 2 das «Preliminares da Tarifa».

Rio, 14 de setembro de 1903.

Memoriaes da Companhia de Acidos

Não é por demais insistir a Companhia de Acidos nas reclamações expostas em seu memorial de 7 de julho ultimo, principalmente na parte em que profuga um abuso que os importadores de acidos estrangeiros vão introduzindo, de os importar em dupla caixa de madeira e chumbo, com grave prejuizo do fisco e de uma industria nacional, cujo producto é duplamente tributado, pagando os direitos relativos á introdução das materias primas (salitre e enxofre) inclusive os de seu envoltorio (saccos) e os do vasilhame, botijões de grés impermeavel, não preparados aqui e destinados ao producto depois de fabricado.

Ao passo que isso se dá com uma industria nacional, importadores do similar estrangeiro não satisfeitos com vantagens que lhes asseguram as actuaes tarifas, para se furtarem ao pagamento dos direitos da embalagem, como são as boriccas de ferro, botijões de grés, etc, em que costuma ser transportado o acido, fazem-no vir em caixas de chumbo, pelas quaes nada pagam, limitados assim os direitos sobre o peso liquido.

Não cogitando a Tarifa da Alfandega do acido sulphurico, assim acondicionado, parece que taes caixas devem ser igualmente sujeitas a direitos, consideradas então como chumbo em obra simples.

Com o fim de vêr corrigida essa exploração illicita, com a qual, além dos prejuizos reaes do fisco, vão sendo realizados enormes lucros pela venda do acido e pela do chumbo, livre de direitos, a Companhia sujeita á apreciação da illustre Comissão o despacho de uma caixa de cem kilos de acido sulphurico, como é e como deveria ser feito.

Despacho :

Uma caixa contendo acido sulphurico em envoltorio de chumbo, pesando liquido real 100 kilos.

100 kilos \$030.....	3\$000
Estatistica.....	\$015
Movimento do porto, valor official 12\$.....	\$072
	3\$087

Ouro 25 % 750	
Ouro 1 1/2 % \$072	Ouro..... \$822
	\$822
Papel....	\$822 Agio ouro..... 1\$033
	2\$265 Papel..... 2\$265
	3\$087
	4\$120
	Uma caixa contendo acido sulphurico em envoltorio de chumbo, pesando liquido real.
Réis 25 %, 100 kilos, \$030.....	3\$000
Obras não classificadas de chumbo simples pesando liquido, Rs. 50 %	
20 kilos 1\$600.....	32\$000
	35\$000
Estatistica.....	\$015
Movimento do Porto sobre 76\$700.....	\$140

Ouro 25 %, 8\$750	Ouro.....	36\$155
Ouro 1 1/2 % 1\$140	Agio ouro.....	9\$890
		12\$431
	9\$890	
	Papel.....	26\$265
Papel	26\$265	48\$586
	36\$155	

Reportando-se a companhia ao seu alludido material, está convencida de que a illustre comissão saberá providenciar de maneira a garantir a industria nacional, resguardados os interesses fiscaes, que vão sendo grandemente lesados, como deixa patente o confronto dos despachos supra, que é de 4\$120, quando devera ser de 48\$586, produzindo assim um desfalque de 44\$466 em 100 kilos de acido sulphurico.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1903.

PROPOSTAS APRESENTADAS PELA ASSOCIAÇÃO COMMERCIAL DO RIO GRANDE

Dos Srs. Gottwald & Comp.

Quebras — Em vez do estabelecido no art. 40, devia-se conceder, como antigamente se fez, a victoria para verificação da quebra nos vinhos em cascas, bem como nos outros liquidos, como oleos, alcitrão, etc., pois não é justo que se negue ao negociante a restituição dos direitos pagos sobre estes artigos despachados sobre agua no caso que se verifique o derrame que muitas vezes tem importado em mais de 10 %.

Regulamento das facturas consulares—Capitulo X—Das multas—Com referencia ao § 3º, deve ser estipulado claramente que ao negociante caberá o direito de requerer a rectificação da factura consular, si, antes de iniciar o despacho, elle verificar que ha divergencia no conteúdo do volume ou volumes, referentes á quantidade, qualidade ou pezo da mercadoria, pois é demasiadamente injusto e constitue mesmo um absurdo que a parte, além de pagar o excesso do pezo que não existe, seja condemnada a multa em dobro pelo facto da factura consular accusar pezo maior do que aquelle que vem consignado na factura particular do negociante.

De varios commerciantes

Entre as muitas disposições e leis referentes ao assumpto — Alfandegas — que muito entorpecem a marcha regular do commercio e da industria nacional, avulta extraordinariamente, pelo que encerra de vexatorio, o imposto chamado de — consumo. A regulamentação deste imposto, de feição inquisitorial, as multiphas e varias interpretações a que elle se presta segundo o criterio do funcionario que o tem de applicar, e as armas por elle collocadas nas mãos dos senhores chamados — fiscaes do imposto de consumo —, vem constantemente dando logar á mais atroz persseguição a estas duas classes e arrancando-lhes violentamente, por meio de multas descabidas, o resultado que vão auferindo do seu honrado trabalho e da sua louvavel economia.

Com effeito, pelo citado regulamento, Illms. senhores, compete ao varejista a applicação do sello á mercadoria no acto da venda ou na occasião de expor-a no mostruario, cabendo ao importador a entrega, em separado, no acto da remetel-a ao comprador, dos respectivos sellos correspondentes á mercadoria vendida; isto com referencia á do procedencia estrangeira. Parece, assim, de inteira viabilidade a execução do já mencionado regulamento. Entretanto, Illms. senhores, dá-se, na sua pratica, precisamente o inverso, como nos propomos demonstrar.

Diz a lei ser prohibida a apposição de um sello sobre outro, sob pena da nullidade e consequente multa. Succede, porém, seguidamente, que as repartições fiscaes, por culpa que não cabe ao commercio, acham-se desprevenidas do sellos de maior valor, supprindo pela maior quantidade o que lhes falta pelo lado do valor.

O commerciante importador, que, a bem do poder retirar sua mercadoria da Alfandega e livral-a do prejuizo de armazenagem

Dos Srs. Llopart, Mata & Comp.

fiscaes e do que resulta da immobillidade do capital correspondente ao seu valor, é obrigado a aceitar os sellos que lhe são fornecidos pela repartição arrecadadora, e, por sua vez, assim os entregar ao varejista, resultando disto o facto de encontrar-se isto com cinco, dez e mais sellos, feitos em grandes tiras de papel, para collocar, como manda a lei, exclusivamente no gargalo de uma garrafa, de fôrma a abranger a rolha, em um pequeno pacote de fumo, em uma pequena lata contendo algum dos muitos artigos que importamos, etc., sendo obrigado, nestes ultimos casos, a collocar o sello por cima do lugar em que deve ser aberto o envolvero. E' fatal, portanto a posição de um sello sobre outro, e diariamente estamos vendo serem multados em quinhentos mil réis, um conto e maiores cifras casas que assim foram obrigadas a proceder.

Sobre este ponto accreço ainda a circumstancia que, dando a lei uma parte da multa aos fiscaes que encontram a chamada — fraude — e interessando-os, portanto, na sua applicação no maior gráo possível, tem se dado o facto deprimente do fiscal aconselhar ao varejista a fôrma da apposição do sello, voltando dentro de poucos dias á casa d'esse mesmo varejista para actual-lo como infractor!

Com a balburdia haviã na applicação do referido regulamento na parte referente ao primeiro stock existente, e não sabendo no momento as repartições fiscaes orientar, sobre o assumpto, convenientemente o commercio, e, por outro lado, não tendo o sello para as mercadorias nacionaes na la que o distinga do estrangeiro por declaração, cor, valor ou outro qualquer caracteristico, succedeu que muitas mercadorias nacionaes foram selladas com sellos destinados ás estrangeiras e vice-versa. Normalizada, posteriormente, para os senhores fiscaes, a situação com referencia á differença entre o sello chamado nacional e o estrangeiro, trataram elles de verificar a fôrma por que tinha sido sellado o stock! E' facil de comprehender, Illms. senhores, o que dahi resultou. Multas sobre multas foram applicadas ao commerciante, que, no louvavel desejo do cumprir a lei, era assim agarrado em uma ratoeira. E de nada servia a allegação de que a propria repartição arrecadadora não tinha podido bem interpretar a lei, que no valor do sello não havia discrepância; limitando-se, pois, a falta na applicação de um pelo outro sello, sem prejuizo algum para o *Thesouro Nacional*! Não obstante, as multas choviam, porque isso interessava aos senhores fiscaes?

E, no entanto, Illms. senhores, é intuitivo no caso o espirito do legislador, que, creando essas multas, teve por fim armar o fisco contra a fraude. O que se pratica, porém, é a perseguição mais atroz ao commerciante honesto, no afan unico de fazer peculio á custa de quem vive do seu trabalho honrado.

Repetidos casos se tem visto de serem multadas casas em qu'antiosas sommas pelo simples motivo da differença do sello, da fôrma da sua apposição ou ás vezes por pequenos enganos de mil, dois ou tres mil réis, que á luz do mais commum criterio fôr patenteados, e que irrisoriamente tem sido levados á conta de fraude.

Assim, no proprio interesse do fisco, que póle dispensar grandes despesas com papel e impressão dos sellos e o enorme exercito de fiscaes; hoje existente no paiz, e nos do commercio, propomos que seja abolido o uso do sello, cobrando-se o imposto de consumo na Alfandega por meio de guia na occasião da saída da mercadoria; o referente á industria nacional poderá ser cobrado igualmente pelo mesmo systema do guia, adoptada, para as demais formalidades de cobrança d'este a mesma fôrma até hoje seguida.

Rio Grande, 10 de novembro de 1903.

Legeren & Azambuja.

Pedro Peres & Comp.

Shonsen & Comp.

J. L. Vianna & Comp.

Fritz Engel.

Oscar Asti.

Fernandes Campos.

Gottwald & Comp.

P. p. de G. F. A. Hoofe, Alfred Kladt.

Augusto Cesar do Valle Junior.

Corrêa Braga & Comp.

Guimarães & Germano.

Vieira Mendes & Filhos.

José da Silva Fresteiro & Comp.

Bernardino Lopes Palhares.

Campos & Assumpção.

Joaquim J. Taveira.

Abel Asti & Comp.

Cunha Guimarães & Comp.

P. p. de Raphael Anselmi & Comp., Alvaro Faria.

Campos Moraes & Comp.

Farinha & Taveira.

Leivas Reis & Comp.

P. p. Otero, Gomes & Comp., U. de Otero.

Arnaldo Pereira & Comp.

C. Albrecht & Comp.

Fraeb, Niechele & Comp.

Virgílio Porciuncula Junior.

Antonio Joaquim da Silva Cintra.

Luchsinger & Comp.

O ponto que nos interessa, na reforma das tarifas aduanciras, e sobre as lonas que importamos para o fabrico de alpargatas.

Este artigo está classificado na tarifa no n. 474, classe 5ª: *Algodão e outros artigos não especificados pagando a taxa de 2\$000 por kilo*, como lonas e meias lonas proprias para velas, toldos e usos semelhantes, quando não são de tecido branco, e á de 2\$900 por kilo, como brins, cassinetas, castoros e tecidos semelhantes proprios para roupa de homem e menino, sendo os tecidos lisos, entrançados, lavrados ou imitados lona, brancos, tintos, ou estampados quando o artigo importado é de cor.

Si o genero que importamos e que nos serve de materia prima tivesse tambem applicação para roupa de homem e outros usos semelhantes, não teriamos a pretensão de obter a minima redução de direitos para o mesmo, pois comprehendemos que a Fazenda Nacional não conviria, para proteger a nossa industria, reduzir a taxa de mercadorias cuja maior parte teria applicação diversa.

Não acontece, porém, isto, pois os brins, cassinetas e mais tecidos de maior consumo, raras vezes pesam mais de 280 grammas por metro quadrado, ao passo que as lonas brancas ou de cor, lisas ou riscadas, pesam de 350 a 440 grammas por metro quadrado, razão pela qual não se prestam a usos vulgares, e sim quasi exclusivamente, quando de cores, ao fabrico de alpargatas e calçados leves.

Parece-nos que a redução da parte do art. 474 da tarifa que tributa esta mercadoria poderia ser approximadamente a seguinte:

«Lonas e meias lonas brancas ou de cores, lisas ou riscadas, proprias para velas, toldos, alpargatas e usos semelhantes, 1\$200.» sendo consideradas lonas e meias lonas as que pesarem mais de 319 grammas por metro quadrado.

Do Sr. Jorge Vereker

Aos distinctos cavalheiros escolhidos pela Associação Commercial desta praça para elaborarem um plano de modificações á tarifa das alfandegas, tomo a liberdade de lembrar a conveniencia de pedir-se isenção de direitos de consumo e de transmissão sobre as embarcações pertencentes a brazileiros ou que venham a ser por estes adquiridas com o fim de se nacionalizarem, desle que ellas tenham mais de quatro annos de idade.

E' de presumir que esta medida, acompanhada de outras que se tornam necessarias, dê algum impulso á marinha mercante nacional.

A actual tarifa, no § 28 do art. 2.º, diz que estão isentos dos direitos de consumo os buques condemnados por innavegaveis o que forem arrematados em leilão, os quaes ficarão sujeitos somente aos direitos de transferencia de dominio.

A minha lembrança, sendo aceita, tornará mais ampla a disposição desse paragrapho, dispensando tambem do pagamento do direitos as embarcações que não forem novas.

O imposto de transmissão consta que está presentemente suprimido.

Apresento-vos as minhas respeitosas saudações.

Memorial

«Attendendo a que a lei n. 126 A, de 21 de novembro de 1892, diminuiu de 30 % os direitos a que estavam sujeitas as materias primas, as substancias tintorias e os productos chimicos de uso industrial e os demais artigos de consumo necessarios ás fabricas»;

Attendendo a que as seguintes leis de orçamento (n. 191 A, de 30 de setembro de 1873, e n. 265, de 21 de dezembro de 1894), em lugar de mandarem vigorar aquella disposição, ordenaram que os direitos de importação fossem cobrados nos termos da lei n. 26, de 30 de dezembro de 1891, em que se não acha incluído o supramencionado favor;

Attendendo a que a lei n. 359, de 30 de dezembro de 1895, no art. 28, autorizando novamente a diminuição dos 30 %, não declarou ser essa disposição permanente;

Attendendo a que semelhante concessão não foi repetida em nenhuma outra lei de orçamento, nem foi incluída nas disposições preliminares das tarifas organizadas de 1895 em diante, o que claramente indica que tal concessão não pólo ser considerada permanente;

Attendendo a que na revisão que ora se fez elevaram-se as taxas de artefactos similares aos fabricados no paiz, no intuito de proteger-se tanto quanto ora possível a industria nacional;

Attendendo, finalmente, a que a tarefa da commissão revisora não é somente proteger a industria fabril, mas tambem zelar os interesses da communitade, que já está tão onerada;

Propenho, para tirar qualquer duvida que possa existir a semelhante respeito, que se declare nas disposições preliminares da tarifa que de nenhuma outra isenção de direitos se póde gosar senão as que se acham descriptas no art. 2.º das preliminares da tarifa approvada pelo decreto n. 3.617, de 19 de março de 1890.

Rio, 14 de outubro de 1903. — Manoel Carvalho da Silva Leal.

(Continua)

Ministerio da Marinha

Por portarias de 19 do corrente :

Foram concedidas, na forma da lei, para tratamento do sude, as seguintes licenças :
De quatro mezes, ao capitão Francisco Xavier Tinoco Junior ;
De dois mezes, ao sub-ajudante machinista Genesio Gonçalves dos Santos ;
De um mez, ao armeiro de 2ª classe Heleodoro Alvaro Simas,
Aos invalidos marinheiros nacionaes Zacharias Pedro de Alcantara e Leoncio Felipe Bezerra foi concedida licença para residirem fora do Azylo, nesta capital, percebendo o sollo e o valor da ração.

EXPEDIENTE DA PRIMEIRA SECÇÃO

Dia 17 de novembro de 1903

Ao Ministerio da Fazenda, rogando ordens para o pagamento, no Thesouro Federal, da divida de exercicio findo, na importancia de 2:519\$997, da que é credor o capitão-tenente Dr. Manoel de Albuquerque Lima, lente cathedratico da Escola Naval (aviso n. 2.019).
—Ao sub-engenheiro naval de 1ª classe, 1º tenente Octavio Tavares Jardim, transmittindo, de ordem do Sr. Ministro, afim de que preste as devidas informações, os papeis referentes ás obras da torpedeira *Sabino Vieira*. (Officio n. 2.015).

EXPEDIENTE DA TERCEIRA SECÇÃO

Dia 18 de novembro de 1903

Ao Ministerio dos Negocios da Fazenda, respondendo ao aviso com o qual foi remetido o processo, ora restituído, relativo á expedição dos titulos definitivos de nacionalização das embarcações denominadas *Sabina*, *Salomé* e *Sevilla*, requerida por Paulo Stooss & Comp., remette a copia da informação prestada pela Capitania do Porto do Rio Grande do Sul, em offcio n. 54, de 27 daquelle mez, sobre as divergencias existentes entre os titulos provisórios e o registro das mesmas embarcações (aviso n. 1.205).

Ministerio da Guerra

Por portaria de 19 do corrente concederam-se 90 dias de licença, com o respectivo ordenado, ao amanuense da secretaria do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro Uriel Antunes de Azevedo, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

Directoria Geral da Contabilidade

Expediente de 19 de novembro de 1903

Foram solicitados ao Ministerio da Fazenda os seguintes pagamentos :

De 50\$3\$800 folha do pessoal extraordinario empregado nos trabalhos da conclusão do muro, melhoramentos e reconstrucções do Jardim Botânico em outubro ultimo (aviso n. 3.041) ;

De 5:022\$ a Fernando Carvalho de Souza, dormentos fornecidos á Estrada de Ferro Rio do Ouro em setembro ultimo (aviso n. 3.042) ;

De 11:191\$750 a diversos, fornecimentos á Inspeção Geral das Obras Publicas de junho a agosto ultimos, requisitado por offcio n. 840 (aviso n. 3.043) ;

De 290\$200, fêria do pessoal empregado em serviços urgentes de reparações de arrebentamento, manobras e outros trabalhos na rede de distribuição de agua em outubro ultimo (aviso n. 3.044) ;

De 7:046\$525, ferias do pessoal empregado no trafego da Estrada de Ferro Rio do Ouro em outubro ultimo (aviso n. 3.045) ;

De 1:322\$100 a diversos, fornecimentos e trabalhos para a Estrada de Ferro Central do Brazil em julho e agosto ultimos (requisitado por offcio n. 1.236, aviso n. 3.046) ;

De 40\$ a Clarindo Jorge de Lima, aluguel de uma casa ao serviço da mesma estrada em julho ultimo (aviso n. 3.047) ;

De 2:520\$ a Azevedo Alves & Irmão, fornecimento aos Correios em outubro ultimo (aviso n. 3.048) ;

De 809\$ a Virgínio Agostinho, aluguel do predio occupado pela Inspectoria de Illuminação em outubro ultimo (aviso n. 3.040) ;

De 138\$500 a Maia & Niemeyer, fornecimentos á commissão do prolongamento da Estrada do Ferro da Baturité em agosto ultimo (aviso n. 3.050) ;

De 1:015\$ a Manoel de Carvalho, serviços executados para a Directoria Geral dos Correios em outubro ultimo (aviso n. 3.051).

Requerimento despachado

Dia 18 de novembro de 1903

D. Gabriela Chaves, pedindo os favores do montopio, na qualidade de viuva de Marcelino Antonio Chaves, telegraphista de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil.—Deferido.

Directoria Geral da Industria

Por portaria de 16 do corrente foi concedida garantia provisoria, tres annos, a Adel Barreto Pinto, brasileiro, engenheiro, residente nesto Capital, para sua invenção de —*Apparehos de Segurança Adél*.

Expediente de 18 de novembro de 1903

Por portarias de 18 corrente, foram concedidas as seguintes licenças:

Ao amanuense da Directoria Geral de Estatisticas Abel de Araujo Padilha, de sessenta dias para tratar de sua saúde, percebendo o ordenado respectivo de accordo com o § 1º do art. 52 do regulamento anexo ao decreo n. 2.766, de 27 de dezembro de 1897 ;

De seis mezes, em prorogação, ao telegraphista de 4ª classe Manoel de Medeiros Cabral ;

De 90 dias, tambem em prorogação, aos telegraphistas da mesma classe Adalberto do Rego e Silva e José Fernandes Veiga ; de igual tempo e nas mesmas condições ao guarda-fio de 1ª classe Lauriano José Ribeiro. Todas com os vencimentos na conformidade do art. 446 do regulamento.

—Remetteram-se á Directoria Geral dos Correios diversas contas, para serem novamente conferidas, apresentadas por Luiz Macedo.

—Communicou-se á Directoria Geral dos Telegraphos por este Ministerio resolvido aguardar o futuro exercicio para fazer a desanervação do serviço telegraphico do postal na estação do Monte Alegre, conforme poliu essa directoria.

—Requisitaram-se da mesma directoria informações sobre a conveniencia de serem ou não aproveitados os serviços do ex-engenheiro ajudante dessa repartição João Paulo Ferreira Dias, tendo em consideração os antecedentes do mesmo engenheiro, como funcionario dessa repartição.

—Remetteu-se ao Ministerio da Guerra o requerimento em que o feitor da linha da

Repartição Geral dos Telegraphos José da Silva Simas pede pagamento da diaria de 3\$000 por ter servido junto á commissão constructora de linhas telegraphicas de Cuyabá a Corumbá.

Dia 19

Remetteu-se ao director geral da Imprensa Nacional, para a devida publicidade no *Diario Official*, uma relação de patentes de invenção, acompanhada do decreto n. 4.965, que as declarou caducas.

—Ao inspector geral das Obras Publicas desta Capital foram remetidas, afim de serem authenticadas, cópias dos desenhos em original referentes ás invenções privilegiadas pelas patentes ns. 2.051 e 3.451, de 25 de maio de 1896 e 26 de novembro de 1901.

—Communicou-se ao inspector da Navegação Subvencionada ter este Ministerio resolvido multar a Companhia Novo Lloyd Brasileiro, na importancia de 3:536\$438, correspondente á respectiva subvenção, por ter essa companhia deixado de fazer no mez do outubro ultimo a segunda viagem da linha da Bahia, o que constitue infracção da clausula XIII do respectivo contracto.

—Foram remetidas ao governador do Estado do Pará cópias de informações sobre o procedimento de pessoas desconhecidas que interrompem as communicações telegraphicas pelo cabo sub-fluvial da *Amazon Telegraph Company, Limited*, na secção de Parintins e Itacoatiara, pedindo-se providencias contra tal facto.

Requerimentos despachados

Dia 18 de novembro de 1903

Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil, arrendataria da Estrada de Ferro do Porto Alegre a Uruguyana, pedindo pagamento de contas de transportes.—Apresente uma conta em tres vias, referente ao exercicio de 1899, devidamente sellada e acompanhada dos respectivos documentos, e bem assim uma 3ª via da que se refere ao exercicio de 1901.

Dia 9

Paula Soares Montauray, viuva do finado amanuense da Administração dos Curroios do Districto Federal Pedro Alfonso de Oliveira Montauray, pedindo a restitução de documentos.—Sim, mediante recibo.

Maria Leopoldina Montauray Pimenta, filha do finado 1º official da Administração dos Curroios do Districto Federal Alfonso Henrique de Oliveira Montauray, pedindo a restitução de documentos.—Sim, mediante recibo.

Directoria Geral de Obras e Viação

Expediente de 19 de novembro de 1903

Pediu-se ao Ministerio da Fazenda expedição de ordens, por telegramma, á Allandega do Recife, para que seja alli despachado livre de direitos o entregue á commissão de melhoramento do porto de Pernambuco o material esperado e destinado ao reparo do casco do batelão *Picão*, pertencente ao serviço de melhoramento do mesmo porto.

DIRECTORIA GERAL DOS CORREIOS

Por portaria de 18 do corrente, foi determinado entrar em vigor no dia 1º de janeiro proximo viadouro as instruções approvadas por portaria n. 227/2, de 27 de junho de 1902, e relativas aos serviços do almoxarifado e das thesourarias das administrações e sub-administrações postaes, como depositos do material.

ADMINISTRAÇÃO DOS CORREIOS DO DISTRICTO FEDERAL E ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Por titulos de 18 do corrente, foram no meados :

D. Maria Elisa Palhares Corrêa, para o lugar do agente do correio do largo do Rio Comprido, no Districto Federal ;

Virgilio Gonçalves de Azevedo Coutinho, carteiro de Niehteroy, para o lugar de carteiro de 1ª classe desta administração.

NOTICIARIO

Tribunal de Contas—Ordens de pagamento sobre as quaes proferiu despacho de registro, em 19 do corrente, o Sr. presidente deste tribunal :

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas—Avisos :

N. 2.903, de 6 do corrente, pagamento de 906\$500, a Leal, Oliveira, Carvalho & Comp., de fornecimentos á Directoria Geral dos Correios, em abril ultimo ;

N. 2.933, de 9 do corrente, idem de 13:110\$, a diversos, idem, idem, em outubro ultimo ;

N. 2.902, de 6 do corrente, idem de 56\$, a Leal, Oliveira, Carvalho & Comp., idem, idem, em fevereiro ultimo ;

N. 2.901, da mesma data, idem de 160\$600, a J. F. Martins & Comp., idem, idem, em abril ultimo ;

N. 2.950, de 10 do corrente, idem de 12:566\$528, a diversos, idem á Estrada de Ferro Central do Brazil, nos mezes de maio, julho, agosto e setembro ultimos.

N. 2.919, de 7 do corrente, idem de 4:798\$403, a diversos, idem idem, nos mezes de agosto e setembro ultimos ;

N. 2.922, da mesma data, idem de 16:301\$040, a diversos, de vigas e dormentes fornecidos á mesma estrada, em outubro ultimo ;

N. 2.930, de 9 do corrente, idem de 900\$, a Pedro Leandro Lambert, de alugueis do predio em que funciona a succursal da praça Municipal, relativos aos mezes de julho a setembro proximo passado ;

N. 2.943, da mesma data, idem de 65\$, a diversos, de fornecimentos feitos e trabalhos executados, em maio e agosto ultimos, á Inspeção Geral das Obras Publicas ;

N. 2.916, de 7 do corrente, idem de 654\$316, a Pereira, Barbosa & Comp., de fornecimento de viveres á Hospedaria de Immigrantes, em agosto ultimo ;

N. 2.938, de 9 do corrente, idem de 85\$ a Gonçalves, Castro & C., idem, idem, em julho e setembro do corrente anno ;

N. 2.925, de 7 do corrente, idem de 3:054\$900, da folha do pessoal empregado no Jardim Botânico, no mez de outubro ultimo ;

N. 2.936, de 9 do corrente, idem de 160\$, a José Ribeiro do Amaral, de fornecimento feito e trabalhos executados em proveito da administração dos Correios do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro, em janeiro ultimo ;

N. 2.937, da mesma data, idem de 900\$ a Adelmirê Sanches, de alugueis, relativos aos mezes de julho a setembro ultimo, do predio em que funciona a succursal do Estacio de Sá ;

N. 2.915, de 6 do corrente, idem de 780:000\$, ao engenheiro Augusto Cesar de Pinna, director da Estrada do Ferro Oeste de Minas, para attender ás despesas de custeio da referida estrada, correspondentes aos mezes de julho a outubro deste anno ;

N. 2.939, de 9 do corrente, idem de 500\$900, a Gonçalves, Castro & Comp., de fornecimentos á Hospedaria de Immigrantes, em junho e julho do corrente anno ;

N. 2.917, de 7 do corrente, idem de 260\$710, a Hime & Comp., de fornecimentos á Estrada de Ferro Central do Brazil, em junho ultimo ;

N. 2.918, da mesma data, idem de 473\$, a diversos, idem de julho e agosto ultimos ;

N. 2.948, de 10 do corrente, idem de 105\$790, a Albino Marques, idem á Inspeção Geral das Obras Publicas, em maio ultimo ;

N. 2.949, de 10 do corrente, idem de 270\$, a João Pinheiro da Silva, idem, idem, idem ;

N. 2.956, de 11 do corrente, idem de 58\$33, a diversos, idem á Estrada de Ferro Central do Brazil, em setembro ultimo ;

N. 2.999, de 14 do corrente, idem de 285\$200, da fêria do pessoal empregado, em outubro, em serviços das crecheiras do Galeão, a cargo da Inspeção Geral das Obras Publicas ;

N. 2.974, de 12 do corrente, idem de 75\$703, ouro, a Luiz Michelet, de sua gratificação por serviços prestados á commissão encarregada de representar o Brazil na Exposição Internacional de S. Luiz, durante o periodo de 23 a 31 de outubro ultimo.

— Ministerio da Justiça e Negocios Internos—Avisos :

N. 3.006, de 10 do corrente, pagamento de 5º66\$800, de despesas eleitoraes realizadas pela Camara Municipal de S. João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro ;

N. 3.075, de 7 do corrente, idem de 1:678\$326, da folha do pessoal subalterno da Casa de Detenção, em outubro ;

N. 3.000, da mesma data, idem de 200\$000, ao bichearel Caetano Pinto de Miranda Montenegro, por serviços extraordinarios prestados a este Ministerio, em outubro ultimo ;

N. 3.051, de 6 do corrente, idem de 350\$, a Vinha e Bastos, da demolição do proprio nacional n. 6 da praça da Republica ;

N. 3.059, de 6 do corrente, idem de 25\$, da despesa com o assoio do edificio onde funciona o juizo federal na secção do Rio de Janeiro, em outubro ultimo ;

N. 3.073, de 7 do corrente, idem de 1:667\$534, a diversos, de fornecimentos á Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em setembro ultimo ;

N. 3.046, de 5 do corrente, idem de 23\$100, ao porteiro do Supremo Tribunal Federal, João Rodrigues Ferreira, de despesas miudas por elle pagas, em outubro ultimo ;

N. 3.056, de 6 do corrente, idem de 1:500\$, a Alberto José Guignard, do aluguel dos predios occupados pela Repartição da Policia, de outubro ultimo ;

N. 3.078, de 7 do corrente, idem de 286\$107, da folha dos empregados da Bibliotheca Nacional que serviram em substituição, relativa ao mez de outubro ultimo.

— Ministerio das Relações Exteriores :
Aviso n. 215, de 12 do corrente, pagamento de 523\$100 ao porteiro da Secretaria do Estado deste Ministerio, Paulino José Soares Pereira, da folha das despesas da mesma secretaria, em outubro ultimo.

Ministerio da Fazenda :

Officios :

N. 951, da Casa da Moeda, de 13 do corrente, pagamento de 156\$030, da fêria suplementar á de outubro, de Jacintho Pereira dos Santos ;

N. 718, da Alfandega do Rio de Janeiro, de 3 do corrente, idem de 3:128\$700, da folha dos operarios daquella repartição, relativa ao mez de outubro ultimo ;

N. 740, da mesma repartição, de 10 do corrente, idem de 3:715\$610, a Julio Miguel de Freitas & Comp., de fornecimentos áquella repartição, em outubro ultimo ;

N. 120, da Estatistica Commercial, de 4 do corrente, idem de 200\$000, da fêria dos

serventes empregados no serviço daquella repartição, relativa ao mez de outubro ultimo ;

Do juiz municipal de Campos, idem de 940\$040, a D. Maria Borges Neto, juros de capital em c.f.ro dos orphãos ;

Do juiz municipal de Magé, idem de 43\$964, a Bellarmino Nunes Reis e Domingos Nunes da Costa, idem, idem.

Exercicios findos :

Requerimentos :

De D. Maria José Passos Vianna, pagamento de 1:931\$327 de montepio, no periodo de 12 de setembro de 1900 a 31 de dezembro de 1902 ;

De D. Idalina da Conceição Lomba, idem de 638\$318, de funeral e montepio no periodo de 8 de abril a 31 de dezembro de 1902.

— Ministerio da Guerra — Avisos :

N. 831, de 9 do corrente, pagamento de 100\$, ao porteiro da Secretaria deste Ministerio, José Maria Corrêa, para aluguel do casa ;

Ns. 740 e 820, de 6 de outubro e 6 do corrente, idem de 3:530\$, ao corpo de bombeiros, de fornecimento de varios objectos á Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo, no actual exercicio ;

N. 764, de 16 de outubro, idem de 1:575\$, a Matheus de Souza & Comp., de carretos effectuados por conta deste Ministerio, em agosto ultimo ;

N. 810, de 31 de outubro, idem de 31:821\$100 á Companhia Novo Lloyd Brasileiro, de transportes de tropas, etc. realizados por conta deste Ministerio no corrente exercicio.

Requerimento despacha lo :

Orestes Franklin Xavier de Brito, pedindo restituição dos documentos que instruíram sua petição para o concurso ultimo, para preenchimento aos logares de 4ºs escripturarios do tribunal. — Sim, mediante recibo.

—
Telegramma — O Sr. director da Imprensa Nacional recebeu o seguinte :

BELÉM, 19 de novembro de 1903 — Esta alfandega arrecadou, no mez de outubro findo, o seguinte: renda de importação, ouro, 149:477\$949; idem, papel, 566:853\$099; exportação, 54:961\$520; entradas de navios, ouro, 1:200\$; addicionaes, 563\$702; interior, 55:084\$420; consumo, 28:769\$890, sendo: taxas 27:929\$890 e registro 840\$; renda extraordinaria, 189\$057; renda especial, 39.074\$597, sendo 1:705\$110 do fundo de resgate e 37:369\$487 do fundo de garantia; depositos, 25:820\$03; total da renda, 921:995\$139; tonelagem 11\$903. Em igual mez do anno findo arrecadou 528:396\$478, sendo a tonelagem de 9\$436. Alfandega de Manaus, 10 de novembro de 1903. — O inspector, Argemiro C. P. Costa.

—
Escola Polytechnica — O resultado dos exames realizados hontem foi o seguinte :

Desenho topographico — 2º anno do curso fundamental—Aprovados: com distincção, José de Oliveira Fonseca; plenamente, Domingos da Menezes e Albano José Rodrigues.

—
Correio — Esta repartição expedirá malas pelos seguintes paquetes :

Hoje :

Pelo Reberibe, para Pernambuco, recebendo impressos até ás 6 horas da manhã, cartas para o interior até ás 6 1/2, ditas com porte duplo até ás 7.

Pelo Grecian Prince, para Bahia, o Nova York, recebendo impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o interior até ás 9 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até ás 10.

Pelo Leitsim, para Nova York, recebendo impressos até ás 10 horas da manhã, cartas para o exterior até ás 11 e objectos para registrar até ás 9 da manhã.

Directoria de Meteorologia da Marinha— Repartição da Carta Marítima—Resumo meteorologico e magnetico do dia 18 de novembro de 1903 (quarta-feira).

ESTACÃO	HORAS	BAROMETRO A 0 ^c	TEMPERATURA DO AR	TENSÃO DO VAPOR	HUMIDADE RELATIVA	DIRECÇÃO E FORÇA DO VENTO ² (Escala Beaufort)	ESTADO ATMOSFERICO	METEOROS	NEBULOSIDADE	OBSERVAÇÕES FEITAS UMA VEZ EM 24 HORAS						
										Temperatura maxima (exposta)	Temperatura maxima a sombra	Temperatura minima	Evaporação a sombra	Chuva cahida	Direcção do brubio mar	
		m/m	°	m/m	%											
	1a.....	751.01	22.8	18.37	87.0	WSW 2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	2.....	751.56	22.2	17.94	93.0	WNW 2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	3.....	751.15	21.8	18.01	93.0	N 2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	4.....	750.83	21.7	18.06	91.0	N 4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	5.....	750.35	21.5	17.64	93.0	N 4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	6.....	750.33	21.4	17.89	94.8	N 2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	7.....	750.55	22.4	18.36	91.0	N 2	Incerto	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	8.....	750.65	24.0	18.43	83.0	Calma 0	Bom	Nevoeiro tenue baixo	10	—	—	—	—	—	—	—
	9.....	750.28	23.8	18.04	83.0	W 8	Bom	Nevoeiro tenue baixo	10	—	—	—	—	—	—	—
	10.....	750.94	25.5	18.73	73.0	NW 1	Bom	Nevoeiro tenue baixo	10	—	—	—	—	—	—	—
	11.....	750.59	23.0	18.71	70.0	NNW 2	Bom	Nevoeiro tenue	10	—	—	—	—	—	—	—
	12.....	750.33	23.0	19.31	83.8	SE 3	Incerto	Nevoeiro tenue baixo	10	—	—	—	—	—	—	—
	13.....	749.12	23.4	17.87	69.0	SE 4	Incerto	—	10	—	—	—	—	—	—	—
	14.....	748.72	25.8	17.68	71.2	SSE 5	Incerto	—	10	—	—	—	—	—	—	—
	15.....	748.39	25.9	17.98	72.2	SSE 5	Incerto	—	10	—	—	—	—	—	—	—
	16.....	747.93	26.7	18.22	73.3	SSE 4	Claro	—	3	KC.KN.K	—	—	—	—	—	—
	17.....	748.30	23.1	17.50	69.7	SSE 4	Claro	—	5	—	—	—	—	—	—	—
	18.....	748.19	25.6	17.98	73.6	SSE 3	Claro	—	8	—	—	—	—	—	—	—
	19.....	748.53	24.4	17.63	77.9	ESE 3	Claro	—	10	—	—	—	—	—	—	—
	20.....	749.49	24.6	17.69	77.0	ESE 3	Encoberto	—	10	—	—	—	—	—	—	—
	21.....	749.39	24.7	17.81	77.0	E 1	Incerto	Nevoeiro alto	10	—	—	—	—	—	—	—
	22.....	749.51	24.6	19.52	85.0	NW 3	Incerto	Nevoeiro tenue baixo	7	29.0	23.3	21.3	—	—	—	6.76
	23.....	749.10	23.1	23.63	93.0	W 3	Incerto	Nevoeiro tenue baixo	10	—	—	—	—	—	—	—
	24.....	748.79	23.0	19.77	95.0	W 2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Observações Relativas ao NNW de 19 f. 20 m. às 20 hs. A's 20 h. 15 m. cahiu ligeiro aguaceiro

RESULTADOS MAGNETICOS DA ESTACÃO CENTRAL
DECLINAÇÃO—8° 31' 05" NW

Observações meteorologicas simultaneas
A 0.h.m. de Greenwich ou 9 h. 07 m. a. t. c. do Rio

Dia 19 de novembro de 1903

ESTACÃO	Pressão ao nível do mar	Temperatura a sombra	Tensão do vapor de agua	Humidade relativa	NEBULOSIDADE	ESTADO ATMOSFERICO	METEOROS	V - T.		ESTADO ATMOSFERICO DA VESPERA	Temperatura maxima de hontem	Temperatura minima de hontem	Temperatura média de hontem	Chuva recolhida hontem	
								Direcção	Força						
Belém.....	759.92	26.4	23.32	79.3	Meio nublado	Bom	—	ENE	Aragem	Muito bom	30.2	0	22.3	26.25	—
S. Luiz.....	—	—	—	—	Meio nublado	Bom	—	NE	Fresco	Bom	—	—	—	—	—
Parnahyba.....	—	—	—	—	Meio nublado	Muito bom	—	ENE	Duro	Bom	—	—	—	—	—
Fortaleza.....	780.58	29.8	19.00	60.0	Quasi limpo	Claro	—	ESE	Fraco	Bom	28.9	24.8	23.80	—	
Natal.....	—	—	—	—	Limpo	Claro	—	E	Muito fraco	Bom	—	—	—	—	—
Parahyba.....	—	—	—	—	Meio nublado	Claro	—	NE	Fraco	Muito bom	—	—	—	—	—
Recife.....	744.88	27.5	19.07	70.0	Meio nublado	Incerto	Nevoeiro tenue alto	ENE	Regular	Bom	29.8	24.2	27.00	—	
Joazeiro.....	758.59	27.2	13.30	68.0	?	Mau	Chuva	N	Fraco	?	38.0	23.5	31.75	9.00	
Maceió.....	—	—	—	—	Meio nublado	Incerto	Nevoeiro tenue alto	NNE	Regular	Bom	—	—	—	—	—
Aracajú.....	759.95	28.1	18.51	65.5	Quasi nublado	Bom	Nevoeiro tenue baixo	NW	Muito fraco	Variavel	28.4	24.2	26.30	—	
S. Salvador.....	—	—	—	—	Nublado	Encoberto	Nevoeiro	—	Fraco	Variavel	—	—	—	—	—
Cuyabá.....	768.33	24.5	22.08	97.0	Nublado	Encoberto	Nevoeiro alto	—	Calma	Variavel	29.2	23.0	26.10	31.00	
Victoria.....	—	—	—	—	Nublado	Encoberto	Chuva	ESE	Fraco	Variavel	—	—	—	—	—
Ouro Preto.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Juiz de Fôra.....	757.53	21.2	17.00	91.0	Nublado	Ameaçador	Chuviscos	—	Calma	Variavel	27.1	20.4	23.75	—	
Capital.....	754.62	23.7	19.88	91.0	Nublado	Incerto	Nevoeiro tenue baixo	NNW	Aragem	Incerto	28.3	21.3	24.80	18.00	
S. Paulo.....	755.47	22.0	12.91	63.0	Quasi limpo	Bom	—	NW	Bafagem	Bom	22.0	17.5	19.75	—	
Santos.....	—	—	—	—	Quasi limpo	Muito bom	—	SW	Muito fraco	Muito bom	—	—	—	—	—
Paranáguá.....	—	—	—	—	Limpo	Muito bom	—	N	Muito fraco	Muito bom	—	—	—	—	—
Curitiba.....	755.35	20.1	11.40	65.3	Limpo	Muito bom	—	SW	Fraco	Claro	27.5	15.4	21.45	—	
Florianopolis.....	753.23	21.8	18.00	93.0	Meio nublado	Incerto	—	SSE	Meio fraco	Variavel	27.1	19.5	23.31	23.00	
Corrientes X.....	758.93	22.0	14.54	74.0	Limpo	?	—	S	Fraco	?	28.0	18.0	23.00	—	
Itaquí.....	755.48	22.8	17.39	84.0	Quasi limpo	Bom	Nevoeiro tenue baixo	SE	Fraco	Incerto	24.5	18.2	21.25	—	
Porto Alegre.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio Grande.....	755.48	20.4	16.78	94.0	Quasi nublado	Incerto	Nevoeiro tenue baixo	SSW	Muito fraco	Muito variavel	24.0	18.2	21.40	11.00	
Cordoba X.....	755.28	18.0	13.81	60.0	Quasi limpo	?	—	—	Calma	?	27.0	11.0	19.00	—	
Rosario X.....	760.40	21.0	15.42	87.0	Meio nublado	?	—	NE	Fraco	?	21.0	13.0	19.50	—	
Mendoza X.....	758.50	21.0	11.98	65.0	Quasi limpo	?	—	SE	Fraco	?	29.0	13.0	21.00	—	
Buenos Aires X.....	759.00	21.0	13.52	73.0	Meio nublado	Incerto	—	SE	Fraco	Incerto	25.0	15.0	20.00	1.00	

Nota - Na Capital o tempo está incerto e é de esperar que chova.

Em Juiz de Fôra trovojeos ao NW durante o dia, chovendo ás 8 p. e soprando NW duro.
Em Paranáguá trovojeou ao S hontem á noite
Em Santos hontem ás 6 h. 30 m. p. soprando SW de rajadas frescas, trovojeou e cahiram aguaceiros e saraiva durando este pouco tempo.
No Rio Grande garoeu na tarde de hontem e cahiram aguaceiros na manhã de hoje.

As observações com este signal (X) são de hontem.

Directoria de Meteorologia
— Serviço Meteorologico Nacional — Secção Urbana — Resumo das observações correspondentes ao dia 18 de novembro de 1903.

ELEMENTOS OBSERVADOS	CIDADE	COPACABANA	BOTAFOGO	S. CHRISTOVÃO
	m/d	m/d	m/d	m/d
Evaporação à sombra.....	3.1	2.1	2.4	—
Chuva cahida....	18.10	16.00	16.30	—
Temperatura média de hontem.	23.20	24.00	24.20	—

Directoria de Meteorologia
— Serviço Meteorologico Nacional — Secção Urbana — Resumo das observações correspondentes ao dia 17 de novembro de 1903:

ELEMENTOS OBSERVADOS	CIDADE	COPACABANA	BOTAFOGO	S. CHRISTOVÃO
	m/m	m/m	m/m	m/m
Evaporação à sombra.....	2.8	2.2	4.6	—
Chuva cahida....	—	—	—	—
Temperatura média de hontem.	22.85	23.35	—	—

Cemeterio — Sepultaram-se no dia 17 de novembro 52 pessoas, sendo:

Nacionais.....	40
Estrangeiros.....	12
Do sexo masculino.....	27
Do sexo feminino.....	25

Maiores de 12 annos.....	32
Menores de 12 anno.....	20
Indigentes.....	12

— No dia 18, 57 pessoas, sendo:

Nacionais.....	45
Estrangeiros.....	12
Do sexo masculino.....	30
Do sexo feminino.....	27

Maiores de 12 annos.....	38
Menores de 12 anno.....	19
Indigentes.....	15

MARCAS REGISTRADAS

ADRIA-PERLE

N. 1.243

Wilhelm W. Blau, importador e exportador de vinhos em Vienna (Austria) apresenta a marca supra que consiste nas palavras « Adria e Perle », reunidas por um traço de união. Esta marca serve a distinguir os vinhos do commercio do depositante sendo collocada sobre rotulos e sobre a embalagem. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1903. — Por procuração, Jules Gérard, Lelerc & Comp. (Sobre uma estampilha no valor de 300 réis.)

Apresentada na Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal ás 2 horas e 30 minutos da tarde de 22 de agosto de 1903. — O secretario, Cesar de Oliveira.

Registrada sob n. 1.243, por despacho da Junta Commercial, em sessão de hoje. Pagou no primeiro exemplar 6\$600 de sello por estampilhas. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1903. — O secretario, Cesar de Oliveira. (Ao lado achava-se o carimbo da Junta Commercial da Capital Federal.)

N. 3.811

A Companhia Fabrica de Meias Victoria, situada á rua da Alegria nesta Capital, representada pelo seu director presidente abaixo assignado, apresenta a esta meritissima Junta Commercial a marca acima esboçada, a qual poderá ser usada em todas as cores e tamanhos nos productos da sua fabrica de meias. A dita marca consisto de seguinte: O retrato do Rei Eduardo VII, dentro de um circulo, na parte superior os dizeros «Companhia Fabrica de Meias Victoria» e na inferior, «Rei Eduardo VII, marca registrada, rua da Alegria do Rio de Janeiro, sendo tudo entre flores e arabescos. Companhia Fabrica do Meias «Victoria» Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1903. — Presidente, J. Lovandes. Estava devidamente selada com uma estampilha de trezentos réis.

Apresentada na secretaria da Junta Commercial da Capital Federal ás duas horas da tarde de vinte e seis de agosto de 1903. O secretario, Cesar de Oliveira.

Registrada sob n. 3.811 por despacho da Junta Commercial em sessão de hoje. Pagou no 1º exemplar seis mil e seiscientos réis de sello por estampilhas. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1903. — O secretario Cesar de Oliveira. (Achava-se ao lado o carimbo da Junta Commercial.)

RENTAS PUBLICAS

ALFANDEGA DO RIO DE JANEIRO.

Renda dos dias 3 a 18 de novembro de 1903.....	3.442:861\$388
Idem do dia 19:	
Em papel.....	176:919,919
Em ouro.....	61:344\$901
	233:264\$820
	3.681:155\$308
Em igual periodo de 1902...	4.247.559,798

RECEBEDORIA DO RIO DE JANEIRO

Renda arrecadada nos dias	
1 a 18 de novembro de 1903	1.453:698\$086
Idem do dia 19.....	111.521\$316
	1.565:219\$402
Em igual periodo de 1902...	1.334:552\$779

RECEBEDORIA DO ESTADO DE MINAS GERAES NA CAPITAL FEDERAL

Renda arrecadada no dia 18 de novembro de 1903.....	23:472\$293
Idem nos dias 3 a 18.	371.090\$483
Em igual periodo de 1902	326:855\$005

RECEBEDORIA DO RIO DE JANEIRO

Renda o dia 19 de novembro de 1903

Interior.....	12:680\$739
Consumo:	
Fumo.....	4:232\$000
Bebidas.....	2:748\$900
Phosphoros....	27:200\$000
Calçado.....	995\$000
Perfumarias..	108\$000
Especialidades pharmaceuticas	120\$000
Vinagre.....	85,6 0
Juapés	238\$800
Tozidos.....	15:820\$000
Registro.....	140\$000
	51:738\$300

Extraordinaria.....	46:065\$085
Deposito.....	16\$000
Renda com applicação especial.....	1.021\$192
Total.....	111.521\$316
Renda dos dias 3 a 18 de novembro de 1903.....	1.453:698\$086
Total.....	1.565:219\$402
Em igual periodo de 1902 ..	1.334:552\$779
Diferença para mais.....	230:666\$623

EDITAES E AVISOS

Obras do Ministerio da Justica e Negocios Interiores

Do ordem do Sr. engenheiro, encarregado dessas obras, faço publico, para conhecimento dos interessados, que, ás 12 horas do dia 26, do corrente mez, recebem-se propostas neste escriptorio, á rua dos Invalidos n. 67, para a execução de diversas obras com a adaptação do pavilhão-enfermaria, existente no Hospital Paula Candido, para deposito do material flutuante da Directoria Geral de Saude Publica.

A concorrência versará sobre o preço total da obra, prazo para a sua conclusão e idoneidade dos concurrentes.

Os proponentes encontrarão neste escriptorio, diariamente, das 10 horas da manhã ás 3 da tarde, empregados que lhes mostrarão os detalhes, especificações e bases do contracto.

No acto de apresentarem suas propostas, os concurrentes deverão provar ter pago os impostos federaes devidos.

Só serão aceitas as propostas que estiverem devidamente seladas, datadas e assignadas, em dupla via, forem escriptas a tinta preta, sem emendas, nem rasuras, e que os preços por extenso e em algarismos e indicarem com precisão a residencia dos concurrentes, em presenca dos que serão

abertas e lidas, no dia, hora e local acima indicados.

Escriptorio do engenheiro de obras do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, 18 de novembro de 1903.—O escripturario, *Antonio Delfino dos Santos*.

Externato do Gymnasio Nacional

EXAMES DE PREPARATORIOS

Sabbado, 21 do corrente, á 1 1/2 horas da tarde, serão chamados:

Latim

(Direito e medicina)

2ª chamada

Herminio Leal.
Valmore dos Santos Magalhães.
João Bello de Mello e Cunha.
Eurico Rodrigues Coelho.
Americo Salgueiro Autran.
Antonio João Rangel de Vasconcellos.
Sebastião Cesar da Silva.
Antonio Ferreira da Bragança.
Henrique José de Sá.
Francisco Bernardo Pereira de Figueiredo Filho.
José Nunes da Costa Tibão.

Elementos de physica e chimica — 1ª mesa

(Odontologia, pharmacia e direito)

2ª chamada

Agenor Guedes de Mello.
João Antonio da Costa Carvalho Filho.
Adroaldo Solon Ribeiro.
Julio dos Santos Jordão.
Bento Theodoro da Rocha.
Antonio Peixoto Leite.
Carlos Erasmo Noronha dos Santos.
João de Moraes Dutra.
Manoel Rubessi de Faria.

Elementos de physica e chimica — 2ª mesa

(Odontologia, pharmacia e direito)

2ª chamada

Cicero de Oliveira Costa.
Antonio Bueno Lobo.
Ernesto Flores.
Tarquinio de Souza Amarantho.
Octavio de Souza Amarantho.
João Fernandes da Rocha.
Carlos Taylor da Fonseca Costa.

Arithmetica — 1ª mesa

(Direito)

Armando Antas de Almeida.
João Gonçalves Chaves.
Jayme Araújo.
Roberto Augusto de Athayde.
Jayme Antonio de Oliveira.
João Carlos de Almeida.
Carlos Estevão de Mello.
Edgard da Cruz Ferreira.
Fernando Ferreira Quintas.

Arithmetica — 2ª mesa

(Direito)

Arlindo Vieira da Costa.
Miguel de Oliveira Monteiro.
José Pinto Morado.
Carlos Galdino Leal.
Abelardo Manhães Flores.
José Rino.
Djalma Monteiro.
Francisco da Silva Araújo.
Mario Leal.

Geographia geral e corographia do Brazil — 1ª mesa

(Direito)

Armando Crissjuma Paranhos.
Jeronymo José de Carvalho.
Francisco Roberto Monteiro Silva.
Manoel Antonio Fabello.

José Ferreira de Sallos.
Luiz Gonzaga Soares Dutra.
Manoel Joaquim de Carvalho Junior.
João Manoel Corrêa da Silva.
Alcibiades Guimarães Alves Nogueira.
Geographia geral e corographia do Brazil — 2ª mesa
(Direito)

Leopoldo da Camara Lima.
Manoel Ayrosa.
Nestor Alves Benjamin.
Manoel Marques da Costa.
Hildezardo Midosi da Motta.
Antonio Arêa e Mourinho.
Mario de Oliveira e Silva.
Ismael Libanio.
Cicero de Oliveira França.

Inglez

(Escola Naval)

Ruy Vaccani.
Coriolano Innocencio Teixeira.
Victor Elliot.
Mario de Azevelo Continho.
Francisco Xavier de Freitas.
Arnaldo Tinoco.
Oscar Francisco de Freitas.
Alfredo Balthazar da Silveira.
Mucio Janson Vaz.
Alfredo Augusto Ribeiro Junior.
Mario Castello Branco.
Edgard Azevedo Pinto.

Frances (1ª mesa)

(Medicina, pharmacia)

Laudelino Severiano dos Santos.
Erico da Costa Campos.
Pedro Hoss.
Antonio Gillet da Silva.
Dagoberto Pagani.
Manoel Mendes Campos.
Paulo Affonso Franco.
Eurico Hamilton Ferreira do Amaral.
Otto Justino de Assumpção.
Octavio H. Moteiro dos Santos.
Leonidio Serpa Monteiro.
Antonio Bolham.

Frances (2ª mesa)

(Medicina e pharmacia)

Nuno Infante Vieira da Cunha.
Attila Infante Vieira.
Accacio Aragão de Souza Pinto.
Anton o Alves Brazil.
José Rabello da Cunha Pereira.
Luiz Antonio Lopes.
Francisco Antonio Furtado.
Francisco de Lima Cardoso.
Edgard Pelroso do Amaral.
Francisco Papatena Limonge.
João Soravigi.
Joaquim Mello de Lima.

Geometria e trigonometria — 1ª mesa

(Medicina)

José Constancio de Jesus.
João Reinaldo da Costa Lima.
Ubaldo Cardoso Veiga.
Manoel Rodrigues Leite e Oiticica.
Reinaldo da Augusto Mello.
Pedro José Marques de Magalhães.
D. Americo Caparica Reis.

Geometria e trigonometria — 2ª mesa

(Medicina)

Crispim Candido de Gouvêa.
Heitor Alves Affonso.
Alfredo Bernardes de Souza.
Amancio Philomêno.
Joaquim Vieira da Silva Borges.
João Pedro Ziegler.

Os examinandos de arithmetica e trigonometria devem trazer taboas de logarithmos.

Secretaria do Externato do Gymnasio Nacional, 19 de novembro de 1903.—*Paulo Tavares*, secretario.

Escola Polytechnica

De ordem do Sr. Dr. José de Saldanha da Gama, director da escola, faço publico para conhecimento dos interessados que hoje, 20 do corrente, ás 12 horas da manhã, serão chamados a exame oral de desenho de cartas e mecanismos do 3º anno do curso fundamental os seguintes Srs.:

Christiano Benedicto Oltoni.
Henrique de Novaes.
Francisco Hsannah Cordeiro.
Adolpho Murinho.

Turma suplementar

Abilio Nery.
Amadeu de Lacorda Rodrigues.
Máximo de Sá Cavalcanti de Albuquerque.
Secretaria da Escola Polytechnica, 20 de novembro de 1903.—*Souza Ferreira*, secretario.

Corpo de Bombeiros

CONCURRENCIA DE DIVERSOS ARTIGOS

De ordem do Sr. coronel commandante faço publico que, no dia 28 deste mez, ao meio-dia, serão recebidas e abertas, na secretaria, propostas para o fornecimento, durante o 1º semestre do exercicio vindouro, de diversos artigos para pintura, forragem, ferragens, ferramentas, madeiras, materiaes, couros e artigos para correios, fundamento, artigos para luzes e para machinas, ferro, metaes e a lavagem da roupa da enfermaria. As amostras e impressos acham-se á disposição dos Srs. proponentes nesta secretaria, onde se informarão das condições de fornecimento, das 10 horas da manhã ás 3 horas da tarde.

As propostas deverão ser apresentadas em duplicata, em carta fechada, sem emendas nem rasuras, estampilhadas e assignadas pelo proponente ou acompanhadas da respectiva procuração, devidamente legalizada.

Nenhuma proposta será aceita sem que esteja nas condições acima, devendo os Srs. signatarios depositar na contadoria do corpo a quantia de 100\$, que reverterá em favor dos cofres publicos, si o proponente, no caso de ser aceite, deixar de assignar o devido contracto até tres dias depois do notificado para esse fim.

Po occasião da assignatura será depositada na mesma contadoria, para garantia da execução dos respectivos contractos, a importancia equivalente a 10% do fornecimento provavel de um mez, não devendo, porém, essa importancia ser inferior a 100\$000.

Secretaria do corpo de bombeiros da Capital Federal, 20 de novembro de 1903.—Tenente *A. J. Ferreira Coelho*, secretario.

Recobedoria do Rio de Janeiro

De ordem do Sr. Dr. director interino, faço publico, para conhecimento dos interessados que, tendo sido exonerao por portaria de 27 do corrente, do cargo de despachante desta repartição, o Sr. Manoel José Leite Mendes, convidam-se os interessados para, no prazo de 90 dias, a contar da data da publicação deste edital, virem apresentar quaesquer reclamações que tiverem contra o mesmo despachante.

Recobedoria do Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1903.—O sub-director, *Pereira da Cruz*.

Tribunal de Contas

Pelo presente edital são intimados os herdeiros do ex-administrador da inspeccoria de imigrantes em Pinheiros, Francisco do Paula Ney, para, no prazo de trinta dias, contados da publicação deste, não só alle-

garem o que for a bem do seu direito e produzir documentos relativamente ao alcance de 123\$890, accrescido dos juros da mora, verificado no processo de tomada das contas referentes á importancia que o dito administrador recebeu para pagamento do pessoal d'aquella hospedaria em agosto de 1895, como constituirem proeurador na sede deste Tribunal, ou declararem o domicilio, para serem notificados das decisões proferidas, sob pena de revelia, na conformidade do art. 195 do Reg. do dec. n. 392, de 8 de outubro de 1896.

3ª Sub-Directoria do Tribunal de Contas, 19 de novembro de 1903.—*Sebastião Pereira Guimarães*, 1º escripturario, servindo de sub-director.

Imprensa Nacional

CONCURRENCIA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA 1904

De ordem do Sr. Dr. director Geral faço publico que fica marcado o prazo de 10 dias uteis, a contar de hoje, dentro do qual serão recebidas propostas para o fornecimento de material e mais artigos necessarios ao consumo deste estabelecimento no proximo anno de 1904.

As propostas deverão ser apresentadas sem emendas nem rasuras, com o sello adhesivo inutilisado na forma do regulamento em vigor, as quaes serão abertas no dia 30 do corrente, ás 12 horas da manhã, em presença dos proponentes.

Os proponentes exhibirão documento comprobatorio de haver sido satisfeito á Fazenda Federal o imposto de industrias e profissões relativo ao ultimo semestre vencido, e á Municipalidade o de alvarás de licença para negocio.

Deverão, outrossim, logo que sejam approvadas pelo Thesouro as suas propostas, fazer alli, mediante guia passada por esta secção, o deposito da quantia de 500\$ para garantia da assignatura do contracto, que terá de ser lavrado na Directoria do Contencioso, revertendo essa importancia a favor dos cofres publicos no caso de se recusarem a assignar o prazo de cinco dias, contados do aviso que lhes for expedido por esta secção.

Depositarão, nas mesmas condições, a quantia de 1:000\$ para garantia da fiel execução das clausulas do referido contracto, perdendo o direito a essa caução si o não cumprirem, além da pena de rescisão.

Aquelles proponentes cujas propostas forem acceitas são obrigados a satisfazer, com toda a pontualidade, os pedidos de material que lhes forem feitos pela repartição.

São condições preferenciaes para acceptação dos propostas a boa qualidade do material, o preço mais vantajoso e a idoneidade dos proponentes.

A relação dos objectos necessarios ao consumo do estabelecimento achia-se nesta secção á disposição dos proponentes.

Fica deste modo substituido o edital de 31 do mez passado.

Secção Central da Imprensa Nacional, 19 de novembro de 1903. — O chefe interino, *Francisco Canuto Emerenciano*.

Caixa de Amortização

De ordem do Sr. inspector, faço publico que, tendo-se extraviado os titulos representativos das cinco apolices da divida publica do valor nominal de 1:000\$, juro annual de 5% (antigo 6%) papel, e ns. 25.153 a 25.157, da 4ª serie, emitidas em 1842 e pertencentes a Custodio da Costa Braga, vão ser expedidos novos titulos si, dentro do prazo legal, não houver reclamação em contrario.

Caixa de Amortização, 14 de novembro de 1903.— O 4º escripturario, *Emilio da Silva Guimarães*.

Alfandega do Rio de Janeiro

O Inspector, de accordo com a Circular n. 16, de 11 de março de 1897, faz publico que o Laboratorio Nacional de Analyses julgou nocivo á saúde publica o seguinte producto:

VINHO não especificado, vindo de Genova no vapor italiano *Las Palmas*, ontrado em 8 de outubro de 1903, em 25 meias quartolas, marcas Y G C, ns. 1/25, consignadas a Guimarães Irmãos.

A analyse revelou no vinho referido a existencia 12,6% de alcool em volume e mais de duas grammas (2gs.227) de sulfato de potassio por litro, o que é nocivo á saúde.

Alfandega do Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1903.—O inspector, *Honorio Alonso Baptista Franco*.

Commissariado Geral da Armada

CONCURRENCIA

Grupos: 1, açougue; 2, padaria; 10, calçado, couro, pelles, solas e outros artigos e 27, tanoaria

De ordem do Sr. vice-almirante graduado, chefe do Commissariado Geral da Armada, o em cumprimento ao aviso da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha n. 1.974, de 10 do corrente mez e anno, faço publico que, em concorrência do conselho economico, a realizarse no dia 21 de novembro de 1903, neste Commissariado, ás 11 horas da manhã, serão recebidas e abertas, propostas para os fornecimentos dos artigos supra mencionados aos navios, corpos e estabelecimentos de marinha durante o futuro exercicio de 1904.

Os Srs. proponentes deverão observar as seguintes condições;

1.ª Provar com documentos da repartição aduaneira, e, na falta delles, com facturas originaes, que são importadores das mercadorias que pretendem fornecer e que são negociantes matriculados.

2.ª Apresentar documentos das estações fiscaes que provem ter pago o ultimo semestre vencido do imposto de industrias e profissões, bem assim, a licença da Intendencia Municipal, tudo relativo ao ramo de negocio cujos generos se propõem a fornecer.

3.ª Apresentar copia do contracto que tiver registrado na Junta Commercial do districto, quando não for individual a firma que tiver de ser lançada na proposta e constante dos documentos exigidos pelo artigo antecedente.

4.ª Encher com preços por extenso e em algarismos a proposta impressa que lhe será fornecida pelo secretario, a qual datará e assignará para ser apresentada ao conselho economico.

5.ª Entregar pessoalmente, ou por seu legitimo representante, directamente, no lugar, dia e hora annunciados, não só a sua proposta, como os documentos acima citados e as amostras correspondentes.

6.ª, os proponentes dos grupos ns. 1 e 2, deverão tambem apresentar conhecimentos da Contadoria da Marinha que provem ter feito deposito de cinco contos de réis (5:000\$) na pagadoria da marinha, a cuja quantia perderá o direito si deixar de assignar o contracto para o qual for notificado;

7.ª, os documentos lhes serão restituídos, antes de proceder-se á leitura das referidas propostas.

As propostas serão assignadas pelos proponentes, selladas e datadas do dia da apre-

sentação, contendo a declaração de sujeitarem-se ás condições estipuladas no contracto.

Ficam tambem avisados de que serão obrigados a supprir ao Arsenal de Marinha desta Capital esses artigos pelos preços por que se proponham a fornecer a este Commissariado.

São dispensados da apresentação da matricula na Junta Commercial, as fabricas e estabelecimentos industriaes da Republica e terão estes e aquelles a preferencia sobre os outros concurrentes em igualdade de condições e circumstancias devidamente provadas.

Para sciencia dos interessados, se declara que a inscripção dos concurrentes ficará encerrada no dia 20 (sexta-feira) ás 2 horas da tarde.

Para mais informações, deverão os interessados entender-se com o secretario, no Commissariado Geral da Armada, diariamente, das 10 horas da manhã ás 2 da tarde.

Commissariado Geral da Armada, Ilha das Cobras, 11 de novembro de 1903.—O secretario, *Pedro Nunes Corrêa de Sá*.

Commissariado Geral da Armada

COSTURAS

Esta repartição distribuiu costuras, no dia 21 do corrente, ás senhoras matriculadas sob ns. 91 a 100 da 3ª e 4ª categorias.

Commissariado Geral da Armada, 19 de novembro de 1903.—O secretario, *Pedro Nunes Corrêa de Sá*.

Escola Militar do Brazil

O conselho economico desta escola recebe, no dia 3 de dezembro proximo vindouro, ás 11 horas da manhã, propostas para o fornecimento, durante o primeiro semestre do anno de 1904, dos generos e mais artigos abaixo especificados e bem assim para a lavagem de roupa.

RANCHO E ENFERMARIA

Por kilogramma

Araruta, arroz de Iguape, assucar refinado de 1ª, 2ª e 3ª qualidades, bacalhão de caixa e de tina, banha nacional de diversas marcas, batatas inglezas, biscoitos nacionaes, bolachinhas de agua e sal, café em grão (tipo 7), café moído, carne de carneiro, carne de porco, carne secca do Rio Grande e do Rio da Prata, carne de vacca com osso e sem osso, carne do vitella, chá, preto e verde, farinha de trigo, goiabada do Campos, lombo de Minas, linguiça de Minas e do Lisboa, manteiga nacional Celeste, Virgem, Carmo do Rio Claro e outras marcas reputadas, marmellada de Theresopolis e do Rio Grande, massa nacional e estrangeira para sopa, branca e amarella, matte em folha e em pó, pão, paio de Lisboa, peixe fresco e salgado, queijo de Minas, roscaes barão e de manteiga, sabão commum e toucinho.

Em litro

Azeite doce em latas das marcas Paiva, Plagniol, Vieitas e Prista, ervilhas de Lisboa inteiras e partidas, farinha fina de Porto Alegre Magé e de Maragogipe, feijão preto e de cores, sal grosso, vinagre nacional e de Lisboa, branco e tinto, vinho nacional do Rio Grande, vinho virgem e vinho Collares, leite condensado, marcas Moça e Nestlé.

Em garrafa

Vinho do Porto.

Em unidade

Bananas, frangos, gallinhas, laranjas, ovos, queijos do Reino, tijolos de aroar, vassouras de piassava grandes e sapolios.

Em maço

Palitos pequenos, lixados.

Em lata

Azeitonas d'Elvas (latas pequenas), kerozene (lata de 18 litros).

Em ração

Legumes, verduras e temperos.

FORRAGEM

Em kilogramma

Alfafa nacional e do Rio da Prata, e milho miúdo vermelho.

FERRAGEM

Em unidade

Ferraduras para cavallos e muares, com ou sem ropão.

Em milheiro

Cravos inglezes e allemães.

LAVAGEM DE ROUPA

Por peça

Calças de chita, camisas de algodão e de linho, cobertores de lã, colchias adamascadas e de chita, fronhas, lençoes, meias (pares), toalhas de rosto e de pratos, aventaes, guardanapos, toalhas.

Os concorrentes ao fornecimento de carne de vacca declararão em suas propostas que se obrigam a fornecer da carne pedida das terças partes de quartos trazeiros e uma de diunteiro da rez, devendo ser os colchões desprovidos de retalhos e sebos pendentes, assim como excluidas as carnes de cabeça e pescoço.

Os concorrentes que pretenderem fornecer o capim comprarão também o estrume dos animais da escola, declarando na proposta o preço mensal por que a isto se obrigam.

As propostas devem ser em duas vias (uma sellada), assignadas pelos proprios proponentes ou por seus procuradores.

Os proponentes preferidos caucionarão immediatamente a quantia correspondente á 5% do valor dos generos que provavelmente tiverem de ser fornecidos durante o semestre, para garantia da assignatura e execução do contracto, cujas clausulas e quaesquer outros esclarecimentos poderão ter os que pretenderem se apresentar á concorrência, na sala da ajudancia do pessoal.

Escola Militar do Brazil na Praia Vermelha, 19 de novembro de 1903.—O escripturario.—Felipe Fred. Löhrs.

Intendencia Geral da Guerra

FORNECIMENTO

A comissão de compras desta repartição recebeu, nos dias infra mencionados, propostas para o fornecimento dos artigos constantes dos grupos abaixo mencionados, durante o primeiro semestre do anno de 1904, a saber:

Couros, parafusos e limas, no dia 21, ás 12 horas da manhã.

Ferro, metaes e ferragens, no dia 25, ás 12 horas da manhã.

As pessoas que pretenderem contractar esses fornecimentos queiram procurar nesta secção os respectivos impressos, onde deverão previamente apresentar suas habilitações de accordo com o regulamento da repartição.

Em cumprimento do aviso n. 39, de 30 de janeiro de 1902, do Ministerio da Guerra, os pretendentes a esses fornecimentos deverão apresentar documentos de caução de 1:000\$ feita na Direcção Geral de Comabilidade da Guerra para garantia de seus contractos em geral e de 500\$ para a assignatura de cada um, levantando esta desde que o as-

signe, ou incorrendo na pena de perda quando se negue a fazel-o.

Provino-se que as propostas devem ser em duplicata, selladas as primeiras vias, escriptas com tinta preta, sem rasuras, e assignadas pelos proprios proponentes, que deverão comparecer ou fazerem-se representar legalmente na occasião da sessão.

1ª Secção da Intendencia Geral da Guerra, 30 de outubro de 1903. — Tenente-coronel, João Antonio de Carvalho, chefe de secção. (

Hospital Central do Exercito

CONCURRENCIA PARA O FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS E OUTROS ARTIGOS A ESTE HOSPITAL, DURANTE O 1º SEMESTRE DE 1904.

De ordem do Sr. tenente-coronel Dr. presidente do Conselho Economico deste hospital, faço publico que, no dia 27 do cadente, ao meio-dia, serão recebidas, no mesmo estabelecimento, propostas para o fornecimento de generos alimenticios e outros artigos, durante o 1º semestre do anno proximo vindouro, a saber:

Em kilo, peso liquido: arroz de Iguape, araruta, assucar refinado de primeira qualidade, banha americana (em barril), batata inglesa, biscoitos de araruta, bolachinhas americanas, chá verde da India, dito preto, café em pó, carne de vacca, dita de carneiro, goiabala de Campos, marmellada nacional, manteiga Lepelletiere outras marcas estrangeiras, Rio Claro e G. Enkol, macarrão nacional, mate em folha, pão de 140 e 160 grammas, verdura e temperos, chocolate, peixe fresco, sabão commum, velas de composição, marca «Brazilera», sal, galça de marmellos, de muçgo e outras, pão de-Lót torrado, polvilho e sagú.

Em litro: leite de vacca, farinha fina de Magé, vinagros tinto e branco; vinho de Lisboa (virgem) e do Porto commum.

Em garrafa: vinho do Porto (Villar de Allen) e generoso.

Em unidade: galinhas, frangos, ovos, bananas de S. Thomé, limões azedos, lenha em achas de tres kilos, vassouras de piassava, grandes e pequenas; tijolos de arear e phosphoros marcas «Olho» e outras, e lavagem e concerto de roupa, por peça, sem distincção de qualidade.

Serão preferidos os concorrentes, cujas propostas forem mais vantajosas em preços. Os concorrentes, assim preferidos, ficarão obrigados ao fornecimento de todos os generos e de mais artigos, de primeira qualidade comprovado pelos exames da administração e emissão de médicos, no acto da entrega.

As propostas serão feitas, exclusivamente nas listas impressas, fornecidas por esta secretaria, da data d'este edital até 1 hora da tarde de 26 e, para obtel-as, os pretendentes deverão requerer ao Sr. Dr. presidente, juntao o bilhete ou certidão do imposto de industria e profissões, do Thesouro Federal, relativo ao ultimo semestre vengido (2º de 1903).

Póle concorrer qualquer negociante, independente de ser matriculado (decreto n. 2.211, de 1896).

As propostas serão apresentadas pelos proprios negociantes ou procuradores devidamente habilitados com procuração legal que apresentarão, perante o conselho reunido, no dia 27, ao meio-dia, no mesmo hospital, á rua Jockey Club (S. Francisco Xavier) e serão, em duplicata, em envolvero sellado; ambas datadas e assignadas, com applicação da rua em que estiver o negocio, devendo uma das listas ser estampilhada com 600 réis.

Para garantia da assignatura do contracto, os concorrentes preferidos farão, acto continuo, e perante o conselho, uma caução de 500\$, a qual perderão se não comparecerem para firmar o alludido contracto.

Essa mesma caução servirá para garantir a execução do contracto, durante todo o semestre, quando os valores dos fornecimentos forem a ellas inferiores.

Os fornecedores, segundo preceitua o decreto referido, ficarão obrigados a fornecer aos officiaes e demais empregados do hospital pejos preços do contracto.

Na falta de quaesquer das obrigações contractadas, com relação á qualidade dos generos, dia e hora da entrega, será feita por conta dos fornecedores, nesto hospital, ficarão elles sujeitos á multa de 25 ou 50 % e á rescisão nos casos de reincidencias nas faltas (decreto citado).

Nesta secretaria, nos dias uteis das 7 horas da manhã á 1 da tarde (decreto n. 476) dar-se-hão quaesquer informações aos pretendentes á concorrência.

Secretaria do Hospital Central do Exercito, 19 de novembro de 1903.—O secretario, Guilherme Midosi Pereira do Nascimento, major honorario.

Administração dos Correios do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro

De ordem do Sr. administrador o na fórma do art. 153 do regulamento vigente, convido as pessoas abaixo mencionadas a vir receber sua correspondencia, que se acha na thesouraria desta administração, nos dias uteis, das 12 horas ás 2 da tarde, dentro do prazo de um anno, a contar desta data.

- D. Idalina.
- Amelia S. de Oliveira.
- Pagliariari Domenica.
- Francisco Dolbasco.
- Max Chanfaille.
- Octavio Burnier.
- Augusto da Silva.
- Frederico Hobzel.
- Delegado (Guaratinguetá).
- José A. Bueno.
- Fausta Maria da Conceição.
- Francisco da Silva Junior.
- Francisco A. Rodrigues.
- Francisco C. de Mello.
- Amelia L. Maria.
- C. J. Hauteur.
- Ephigenia Maria da Conceição.
- Francisco Toser.
- Antonia de P. Pereira.
- Antonio A. Nepomuceno.
- Antonio Maria de Castro.
- Abino P. Monteiro.
- Alcás Salamara.
- Annibal V. Rebello.
- João Sorocaba.
- Alexandre Thompson Viegas.
- Olympia F. de Oliveira.
- Alvaro de S. Aguedo.
- Maria Herculana.
- João Bernardo.
- Maria Theresza Constancia.
- Maria J. da Conceição.
- Casa Pietrosanta.
- Julio P. Saraiva.
- Mangel B. T. Cabral.
- Sald A. Salicun.
- Maria de Jesus.
- J. B. Falk S.
- Zacharias S. Miranda.
- Ettore Live li.
- Eugenio Darné.
- José de F. Pedrosa.
- José J. Pereira.
- Maria Silva.
- Theresza F. Pereira.
- Rosaria M. Nascimento.
- Trajano C. Nogueira.
- Maria da Conceição Neves.
- S. João Fernandes.
- Rodrigo O. de Langgard.
- Raúl R. Antunes Braga.
- Helená Maria Gregorq.
- Jullito Salmau.

João da Silva Braga.
Antonio de C. Nogueira.
Arthur P. Velloso.
Amolia de Souza.
Antonio José Borges.
Trajano de C. Nogueira.
Dr. Antonio F. Augusto.
Dr. J. O. Barroso.
Argentina Neiva.
Mr. Wescler.
Joanna R. de Chaves.

1ª Secção da Administração dos Correios do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1903. — O ajudante, *Luiz M. de Serqueira Braga.*

Inspeção Geral de Obras Publicas da Capital Federal

ESTRADA DE FERRO DO RIO DO OURO

De ordem do Sr. Dr. inspector geral faço publico que o novo horario da Estrada do Ferro do Rio do Ouro começará a vigorar do dia 1 de dezembro proximo e está publicado nos *Diarios Officiaes* dos dias 17, 18 e 19 do corrente, detalhadamente.

Secretaria da Inspeção Geral das Obras Publicas da Capital Federal, 19 de novembro de 1903. — *F. J. da Fonseca Braga,* secretario.

Estrada de Ferro Central do Brazil

CONCURRENCIA PARA O FORNECIMENTO DE 70.000 TONELADAS DE CARVÃO DE PEDRA

De ordem da Directoria, faço publico que ás 12 horas do dia 12 do proximo mez de dezembro, na intendencia desta Estrada, se receberão propostas para o fornecimento de 70.000 toneladas inglezas, de 1.015 kilogrammas, de carvão Cardiff, durante o primeiro semestre de 1904.

A concorrência versará sobre o preço em ouro, tendo se em conta a idoneidade do proponente e das minas offercidas.

Na totalidade do carvão a contractar, procedente das minas de Cardiff, poderá ficar comprehendida uma quantidade até de 10.000 toneladas de carvão das minas dos Estados Unidos da America do Norte; os proponentes, porém, que pretendam fazer uso desta faculdade, deverão fazer previamente um deposito de cinco toneladas de carvão que offercereem, não só para experiencias, como para confronto, no caso do contracto.

Os concorrentes deverão effectuar até a vespura do dia da concorrência, na thesouraria da Estrada a caução de 5:000\$ que reverterá para os cofres da mesma Estrada, se, preferida uma proposta, o proponente respectivo recusar-se a assignar o contracto.

Os recibos dessa caução serão exhibidos em separado, no acto da apresentação, á hora acima indicada, das propostas que devem estar em envolveres fechados, contendo por fóra o nome dos proponentes.

As propostas para serem recebíveis e consideradas, além das mencionadas formalidades, devem estar devidamente selladas, datadas, assignadas e indicar a residencia dos proponentes; serão abertas na presença dos apresentantes, e, das que satisfizerem os requisitos legais acima indicados, proceder-se-ha em seguida á enumeração e leitura.

As bases para o contracto são as seguintes:

I

Obriga-se o contractante a fornecer durante o primeiro semestre de 1904 carvão de primeira qualidade, procedente das minas de Cardiff, de-las extrahido recentemente; das minas approvadas pelo almirantado ingloz, tres vezes pensairlo, que não produza mais de 4% de cinza, não contenha mais de nove decimos por cento (0,9%) de en-

xofre e seu poder calorifico não seja inferior a oito mil e cem (8\$100) calorias por gramma, pelo calorimetro de Thompson, o que tudo será verificado por analyses e experiencias feitas pela administração da Estrada, ou por quem a mesma determinar.

A accitação da proposta para fornecimento de carvão Cardiff nas proporções previstas de setenta mil toneladas não inhibirá a administração de accitar qualquer outra proposta de fornecimento de carvão americano ou de outra procedencia, até um total de 10.000 toneladas, caso assim o julgue acertado, em vista das condições de fornecimento offercidas á Estrada.

II

O carvão Cardiff, que, submettido a analyse e experiencia, não revelar as qualidades especificadas na clausula anterior, será rejeitado e immediatamente substituido pelo contractante por outro da qualidade exigida, de modo que a Estrada não fique desprovida, hypothese em que se supprirá no mercado, correndo por conta do contractante a diferença de preço, além da multa em que incorrer.

III

O carvão deve ser entregue em grandes pedaços, não sendo admittido mais de cinco por cento (5%) de um volume inferior a trinta pollegadas cubicas e dez por cento (10%) de moinha.

Entende-se por moinha a parte torrosa que passa através de peneiras de 0,001 de abertura, inclinadas a 60° em relação ao sólo.

A verificação desta clausula será feita pelo modo que a administração da Estrada entender conveniente.

Se as qualidades do carvão moído e moinha verificadas em cada expedição forem superiores ás estabelecidas, será todo o carvão peneirado por conta do contractante, de modo que o volume dos pedaços inferiores a trinta pollegadas cubicas e o de moinha seja na proporção estabelecida.

IV

Todo o carvão será entregue em terra, na estação Maritima da Gamboa, ou dentro dos vagons da Estrada, na mesma estação, por quantidades correspondentes á media de doze mil toneladas por mez, não se obrigando a estrada a fornecer vagons para mais de quinhentas toneladas diarias.

V

Por cada tonelada ingloza de mil e quinze kilogrammas de carvão Cardiff, entregues nas condições da clausula IV, pagará a estrada o preço de \$ por tonelada ingloza, e de carvão americano pagará o preço de...

VI

No caso de parada de operarios nas minas servidas pelo porto de Cardiff ou outro, o contractante será obrigado a fornecer sempre carvão, embora de outra procedencia, pelo preço do contracto, contanto que a qualidade seja a melhor das que se empregam nas estradas de ferro da Inglaterra.

VII

No caso do naufragio do navio com carregamento de carvão ou no de arribadas, o contractante, fica obrigado a fornecer carvão do seu deposito, se o tiver, ou alquirir no mercado o de melhor qualidade.

VIII

As contas dos fornecimentos serão apresentadas mensalmente em libras esterlinas e os pagamentos effectuados no Thesouro Federal em moeda nacional, servindo de base para a conversão a taxa em dia que vigorar na vespura da expedição pelo Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas da respectiva ordem de pagamento.

IX

O fornecimento deverá começar da primeira quinzena de janeiro de 1904 e ficar concluido em 30 de junho do mesmo anno.

X

A directoria da estrada terá o direito de augmentar ou diminuir até 20% a quantidade a fornecer mensalmente ou a quantidade total a fornecer, contanto que disso dê aviso prévio de 60 dias ao contractante.

XI

O contractante, para garantia da execução do presente contracto, caucionará no Thesouro Federal a quantia de oitenta contos de réis (80:000\$), em dinheiro ou em apolices da divida publica, para effectividade das multas em que incorrer, sendo obrigado a integral-las todas as vezes que for desfalcada por tal motivo, o bem assim sujeitará os seus bens havidos e por haver para fiel execução do mesmo contracto.

No caso de contracto para carvão americano, a caução será proporcional á acima mencionada.

XII

Na falta de imprimento de qualquer das clausulas estipuladas, poderá a directoria da estrada multar o contractante em dous a vinte contos (2:000\$ a 20:000\$), conforme a gravidade da falta.

XIII

A suspensão do fornecimento por mais de um mez ou a tentativa de fazello com artigo de qualidade inferior dará direito á directoria da estrada a rescindir o contracto, com perda da caução de que trata a clausula XI em favor dos cofres da estrada e no caso de insufficiencia dessa caução, para resarcir prejuizos, a estrada lançará mão dos bens de que trata a mesma clausula XI.

XIV

E' expressamente vedado ao contractante transferir este contracto, sob pena de rescisão, com perda da caução de que trata a clausula XI.

XV

Dos actos da directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil só haverá recurso para o Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas.

XVI

O pagamento do sello proporcional deste contracto será feito nas contas dos pagamentos parciaes dos fornecimentos nos termos dos arts. 4º n. 17 e 17 n. 8 do regulamento do sello que acompanhou o decreto n. 3.534 de 23 de janeiro de 1900.

XVII

A despesa proveniente deste contracto deverá correr por conta da consignação autorizada no orçamento da despesa para o exercicio de 1904: Material—4ª Divisão—Tração—Combustivel, lubrificantes, estopa e diversos.

Secretaria da Estrada de Ferro Central do Brazil, em 12 de novembro de 1903.—O secretario, *Manoel Fernandes Figueira.*

CONCURRENCIA PARA O SERVIÇO DE TOMADA E ENTREGA DE BAGAGENS E MERCADORIAS, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

De ordem da directoria, faço publico que fica transferido para o dia 4 do proximo mez de dezembro, ás 12 horas, a concorrência para o serviço acima descrito, annunciada por edital de 11 de setembro ultimo, prevalecendo todas as demais condições do mesmo edital.

Secretaria da Estrada de Ferro Central do Brazil, 31 de outubro de 1903.—O secretario, *Manoel Fernandes Figueira.*

Repartição Geral dos Telegraphos

CONCURRENCIA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL QUE TENHA DE SER ADQUIRIDO PELO ALMOXARIFADO DURANTE O PROXIMO EXERCICIO DE 1904

- I. Material para installações electricas.
- II. Ferragens e objectos diversos.
- III. Madeiras e materiaes.
- IV. Moveis e accessorios.
- V. Objectos para escriptorio e material para desenho.

De ordem do Sr. director geral faço publico que, até o dia 20 de novembro proximo, á 1 hora da tarde, se recebem propostas, na secretaria desta repartição, para fornecimento, durante o proximo anno de 1904, dos materiaes constantes das relações acima e existentes no almoxarifado, á disposição dos proponentes.

A concorrência versará sobre os preços, por unidade, dos artigos adoptados, mediante amostra dos que, não constando da collecção existente, contiverem essa declaração.

As propostas devem ser escripturadas em applicata, com tinta preta, devidamente seladas na primeira via, datadas e assignadas, sem emendas, rasuras, ou qualquer defeito que possa occasionar duvidas, conter o preço da unidade em moeda corrente, por extenso e algarismos, e ser convenientemente fechadas e lacradas.

As propostas deverão ser, acompanhadas de documentos provando estarem os proponentes quites com a Fazenda Municipal, quanto ao pagamento do imposto do alvará de licença para o exercicio de negocio, profissão ou industria.

Não serão tomadas em consideração as propostas que deixarem de satisfazer a qualquer dessas regras.

Para garantir a assignatura do contracto, nenhuma proposta será accoita sem prévia caução da quantia de 500\$ na thesouraria desta repartição, provando-se este deposito com o respectivo recibo, que deve acompanhar a proposta.

Em presença dos interessados serão, ás 11 horas da manhã do dia 21, as propostas abertas e devidamente rubricadas, para ulterior comparação.

O proponente preferido que se recusar a assignar o contracto, perderá o direito á restituição da quantia caucionada, que, nessa hypothese, revertirá para a Fazenda Nacional.

A execução do contracto será garantida por um deposito, na importancia de 10 % do valor provavel dos fornecimentos.

As entregas serão effectuadas no almoxarifado, livres de despeza.

Capital Federal, 31 de outubro de 1903. (Euclides Barroso, vice-director.)

Repartição Fiscal do Governo junto á Companhia «Rio de Janeiro City Improvements»

CONCURRENCIA PARA FORNECIMENTO DE OBJECTOS DE ESCRIPTORIO A ESTA REPARTIÇÃO, DURANTE O EXERCICIO DE 1904

De ordem do Sr. Dr. engenheiro fiscal, declaro aos interessados que a contar de hoje, até o dia 30 do corrente, receber-se-hão nesta repartição, á rua da Carioca n. 51, das 10 ás 3 horas da tarde, propostas em cartas fechadas e lacradas para fornecimento de objectos de escriptorio, durante o exercicio de 1904. Para esclarecimentos, os interessados deverão procurar informar-se na mesma dentro das horas acima indicadas.

Repartição Fiscal, 16 de novembro de 1903. —Pelo amanuense, Octaviano Carvalho.

EDITAES Tribunal Civil e Criminal

CAMARA COMMERCIAL

De praça, com o prazo de 20 dias, para venda e arrematação dos bens penhorados pelo Banco da Republica do Brazil a Felício de Lacerda Braga, na forma abaixo

O Dr. José Luiz de Bulhões Pedreira, juiz da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal da cidade do Rio de Janeiro, etc.

Faz saber aos que o presente edital virom que, por este juizo o cartorio do escriptorio que este subscreve, processam-se os autos de execução entre partes, como exequente o Banco da Republica do Brazil e como executado Felício de Lacerda Braga; e ora por parte do exequente foi-lhe dirigida a petição do teor seguinte: Exm. Sr. Dr. Bulhões Pedreira —Tendo os peritos nomeados por V. Ex. procedido á avaliação do terreno penhorado pelo Banco da Republica do Brazil a Felício de Lacerda Braga, quer o Banco da Republica que V. Ex. se digno mandar extrahir os editaes para a venda em praça do referido terreno o bemfeitorias. Nestes termos, pede deferimento. Rio, 17 de novembro de 1903. —Por procuração, o advogado, Eduardo Theiler. Estava legalmente sellado. Despacho: Sim. Rio, 18 de novembro de 1903. B. Pedreira. Em virtude do que se passou o presente edital, pelo teor do qual o porteiro das audiencias trará a publico pregão de venda e arrematação em praça deste juizo, no dia 11 de dezembro proximo, ás 11 1/2 horas da manhã, depois da audiencia de estylo, ás portas do predio onde funciona este Tribunal Civil e Criminal, á rua d's Invalidos n. 108, os bens penhorados e constantes da avaliação junta aos autos, a saber: terreno á rua do Senado n. 164, situado no meio de outros, um tapume de madeira na frente, medindo 15 metros de largura, a partir de um estelo no dito tapume, e 80 metros de fundos. Neste terreno se acha um barracão todo fechado de madeira e coberto de zinco, medindo cinco metros da frente e 20m, 80 de fundos, dividido em 5 compartimentos, sendo um delles um grande salão que servia de olaria e outros uma sala e tres quartos, tendo duas portas e tres janellas de cada lado e um pequeno puxado que serve de cozinha, tambem fechado de madeira e coberto de zinco; avaliados, o terreno em 7:500\$ e o barracão, devido ao máo estado, em 1:000\$000. Importando o total da avaliação em 8:500\$, por quanto vão os ditos bens a esta praça. E quem os mesmos quizer arrematar deverá comparecer no dia, hora e lugar acima mencionados, afim de effectuar-se a praça. Para constar, passaram-se este e mais dous de igual teor, que serão publicados e affixados na forma da lei. Dalo e passado nesta cidade do Rio de Janeiro em 18 do novembro de 1903. Eu, Francisco do Borja de Almeida Côte Real, escriptivo, o subscrevi. —José Luiz de Bulhões Pedreira.

Sexta Pretoria

De citação

O Dr. Diogo José de Andrada Machado, juiz da Sexta Pretoria do Distrito Federal, etc.

Faço saber que por parte da justiça publica foi offerecida e por este juizo recebida uma denuncia pela qual os réos Vicente de Souza Pires e Raymundo Carneiro teem de ser processados como inenrsos no art. 303 do Código Penal; e porque não tenha sido possível citar pessoalmente a esses accusados, em razão de não serem encontrados nem delles haver noticia, os cito pelo presente para, depois de findo o prazo de 20 dias, comparecerem á primeira audiencia deste juizo e ás consecutivas, afim de assistirem á inquirição de testemunhas e se verem processar pelo dito crime, e bem assim comparecerem á primeira sessão

da junta correccional, depois de preparado o processo, afim de serem julgados, tudo sob pena de revelia. As audiencias realizam-se diariamente e a junta correccional reunese ás terças e sextas-feiras, á 1 hora da tarde. E, para constar aos ditos accusados, mandei passar o presente, que será affixado no lugar do costume. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1903. Eu, Augusto Valverde, escrevente juramentado, no impedimento do escriptivo, o subscrevi. (Assignado) Diogo José de Andrada Machado.

PARTE COMMERCIAL

Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos da Capital Federal

CURSO OFFICIAL DE CAMBIO E MOEDA METALLICA

	90 d'v	A' vista
Sobre Londres.....	11 31/32	11 59/64
» Pariz.....	\$797	\$800
» Hamburgo.....	\$183	\$187
» Italia.....	—	\$742
» Portugal.....	—	\$371
» Nova York.....	—	4\$146
Libra esterlina em moeda.....		20\$475
Ouro nacional em vales, por 1\$000		2\$271
Aplices geraes de 5 %, miudas		965\$000
Ditas geraes de 5 %, 1:000\$000..		979\$000
Ditas do Emprestimo Nacional de 1895, nom.....		983\$030
Ditas idem idem de 1897, nom..		1:030\$000
Ditas do Emprestimo Municipal de 1896, port.....		180\$000
Ditas idem idem de 1896, nom..		183\$500
Ditas inscrições de 3 %, nom..		839\$000
Ditas do Estado da Bahia, de 1:000\$, 5 %, port.....		700\$000
Ditas do Estado de Minas Geraes, de 1:000\$, 5 %, port.....		737\$000
Ditas do Estado do Rio de Janeiro, de 500\$, 6 %, port....		308\$000
Banco da Republica do Brazil...		33\$500
Comp. Sal e Navegação.....		13\$000
Dita Loterias Nacionaes do Brazil		57\$000
Dita Melhoramentos no Brazil...		75\$000
Dita Ferro Carril de S. Christovão		133\$000
Dita Tecidos Alliança.....		275\$000
Debs. da Comp. Loterias Nacionaes do Brazil.....		203\$000
Ditas da Comp. Ferro Carril do Jardim Botânico.....		222\$200
Venda por alvará		
30 acções do Banco Iniciador de Melhoramentos.....		2\$210

Secretaria da Camara Syndical, 19 de novembro de 1903. —José Claudio da Silva, syndico.

Junta dos Corretores de Mercadorias e Navios

Cotações do dia 18 de novembro de 1903
Algodão em rama, regular, do Maranhão, 12\$500 por 10 kilos.
Assucar mascavo, de Sergipe, 200 a 210 réis, por kilo.
Dito idem, de Pernambuco, 200 a 220 réis, por kilo.
Assucar branco, crystal, da Bahia, 320 réis, por kilo.
Sal claro, lavado, a carregar, de Macau, 2\$300 por alqueiro, 40 litros.
Café typo n. 6, 5\$174, por 10 kilos.
Dito idem n. 7, 4\$902 idem.
Dito idem n. 8, 4\$630 idem.
Dito idem n. 9, 4\$357 idem.
Farinha de trigo do Moinho Fluminense, marca S. Leopoldo, 2\$000 por 2/2 saccos.
Dito idem idem, idem 00, 25\$000 idem.
Sebo do Rio Grande, 740 réis por kilo.
Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1903. —Joaquim da Cunha Freire Sobrinho, presidente interino.